



Ciências Contábeis
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



ECOB93 Introdução às Teorias Econômicas

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva

ECOB93
Introdução às Teorias Econômicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Introdução às Teorias Econômicas

Maria Valesca Damásio de C. Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitoria

Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Pró-Reitor: Penildon Silva Filho

Faculdade de Ciências Contábeis

Diretor: Prof. Joséilton Silveira da Rocha

Superintendência de Educação a

Distância -SEAD

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças

Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação Administrativa CAD-SEAD

Coordenação de Design Educacional
CDE-SEAD

Lanara Souza

Bacharelado em Ciências Contábeis EaD

Coordenadora:

Profª Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

NELT/UFBA

Núcleo de Estudos de Linguagens & Tecnologias

Direção geral

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Foto de capa

Pixabay

Equipe Design

Editoração / Ilustração

Tiago Silva dos Santos

Letícia Rodrigues

Marcone Pereira

Equipe Audiovisual

Direção:

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de estúdio:

Maria Christina Souza

Produção:

Letícia Moreira de Oliveira

Lana Denovaro Scott

Câmera / Iluminação

Maria Christina Souza;

Thiago Andrade Santos

Edição:

Franklin Matos Junior.

Imagens de cobertura:

Maria Christina Souza;

Thiago Andrade Santos;

Jeferson Alan Ferreira;

Michaela Janson.

Thiago Andrade Santos

Trilha Sonora:

Lana Denovaro Scott

UAB - UFBA

Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



Licença Creative Commons
(CC BY-NC-SA 4.0)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa
SIBI - UFBA

Silva, Maria Valesca Damásio de C.

S586 Introdução às teorias econômicas / Maria Valesca Damásio de C.Silva.
Salvador: UFBA, 2016.
100 p. il.
ISBN: 978-85-8292-096-1

1.Economia – Teoria econômica. 2.Macroeconomia.3.Microeconomia.
I.Universidade Federal da Bahia. II.Superintendência
de Educação a Distância. III.Título.

CDU 330

SUMÁRIO

1 - FUNDAMENTOS BÁSICOS E AS TRÊS PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO	11
1.1 A ESCASSEZ E OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS	11
1.1.1 A Economia como Ciência	11
1.1.2 Economia: Conceitos; Objetivos; Investigação Científica	13
1.1.3 Os problemas econômicos: O que, como e para quem produzir?	23
1.2 SISTEMAS ECONÔMICOS E A DIVISÃO DO ESTUDO ECONÔMICO	30
1.2.1 Economia de Mercado X Economia Planificada	30
1.2.2 A Participação Econômica do Estado: Sistema de Mercado Misto	33
1.2.3 Áreas de estudo e interesse da Economia	34
1.3 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO- (PARTE I)	35
1.3.1 Análise Positiva X Análise Normativa da Teoria Econômica	35
1.3.2 Precusores da Teoria Econômica	36
1.3.3 Texto Complementar	38
1.4 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO- (PARTE II)	40
1.4.1 Teoria Econômica Clássica: concepção naturalista da sociedade	41
1.4.2 Econômica Marxista: crítica à Economia Política	43
1.4.3 Teoria Econômica Neoclássica: necessidades, escassez e escolha	44
2 - MACROECONOMIA: ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS E MACROAGREGADOS.	47
2.1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MACROECONOMIA	47
2.1.1 Alguns Conceitos Macroeconômicos Básicos	47
2.1.2 Atividades Produtivas e Transações Econômicas	49
2.1.3 Agentes Macroeconômicos	49
2.2 OS SETORES DA MACROECONOMIA: Economia Fechada	51
2.2.1 Fluxo Circular da Renda e do Produto: Modelo Básico e a Identidade clássica $PN=RN$	51
2.2.2 Economia com Dois Setores: Sem Formação de Capital	52

2.2.3 Economia com Dois Setores: Com Formação de Capital	53
2.3 MACROECONOMIA E CONTABILIDADE SOCIAL	55
2.3.1 Economia com Três Setores: Participação do Setor Público	55
2.3.2 Economia com Quatro Setores: Setor Externo	58
2.3.3 PIB & PNB a partir da Economia de Quatro Setores	59
2.4 OFERTA E DEMANDA DE MOEDA NA ECONOMIA: SISTEMA MONETÁRIO	62
2.4.1 Moeda: Conceitos, Tipos e Funções	62
2.4.2 A Oferta e a Demanda de Moeda na Economia	65
2.4.3 Atingindo o Equilíbrio no Mercado Monetário	69
Leitura Complementar: Teoria Quantitativa da Moeda	70
3 - MICROECONOMIA: ESTUDO DO COMPORTAMENTO DAS EMPRESAS E DO CONSUMIDOR	73
3.1 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	73
3.1.1 Comportamento e Preferências do Consumidor	74
3.1.2 Utilidades e Curvas de Indiferença	75
3.1.3 Demanda do Consumidor e do Mercado	77
3.2 A OFERTA DA FIRMA	81
3.2.1 A lógica da Oferta da Firma	81
3.2.2 A Oferta do Mercado (conjunto de firmas)	83
3.2.3 Mudanças da Oferta & Mudanças nas Quantidades ofertadas	84
3.3 O FUNCIONAMENTO DO MERCADO	85
3.3.1 Equilíbrio de Mercado: Considerações Preliminares	85
3.3.2 Introdução de Imposto no Equilíbrio de Mercado	87
3.3.3 Mudanças dos Preços sobre as Quantidades de Equilíbrio: Elasticidade-Preço	88
3.4 MERCADO DE BENS E FATORES	90
3.4.1 Estruturas de Mercado	90
3.4.2 Formação de Preços na Concorrência Perfeita	93
3.4.3 Formação de Preços na Concorrência Imperfeita	95
Referências	99



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caro estudante de Ciências Contábeis

Seja muito bem vindo a esta disciplina! Introdução às Teorias Econômicas tem como objetivo apresentar de forma inicial as bases teóricas consistentes para o seu entendimento preliminar dos fundamentos desta Ciência Social que é a Economia.

Este estudo lhe fará refletir acerca de questões e exemplos da realidade econômica brasileira relativizando a partir do conhecimento aqui iniciado. Afinal, você está estudando para ser um Bacharel em Ciências Contábeis, mas precisa estar articulado com outras ciências como a administração, estatística, matemática, filosofia e a economia.

Assim, como graduando em Ciências Contábeis, em sua jornada de formação e crescimento, você necessitará desta introdução ao estudo da Economia para o entendimento das relações existentes entre o universo Microeconômico e Macroeconômico que afetam sobremaneira todos os negócios empresariais e a vida das pessoas. Durante o curso, você terá mais disciplinas da área de Economia através das quais se apropriará dos assuntos aqui iniciados. Sendo, assim convido-lhe agora a conhecer alguns conteúdos de economia, de e grande importância para sua formação profissional.

Essa disciplina possui uma carga horária de 102 horas e está dividida em 3 Unidades, cada Unidade em 4 tópicos e cada tópico em 3 sub-tópicos. De forma complementar, teremos o ambiente virtual de aprendizagem, no qual iremos dialogar, compartilhar conhecimentos e dirimir dúvidas.

Ansiamos que este estudo de Introdução às Teorias Econômicas faça-lhe refletir sobre os conceitos e experimentos da Ciência Econômica e que estes instrumentos possam

ser aplicados levando-te a uma formação profissional mais sistêmica que vai fazer toda “diferença” tanto na sua qualificação quanto no mercado.

Bons estudos e dedicação!

Profª Drª Maria Valesca Damásio de C. Silva

“O sucesso nasce do QUERER, da DETERMINAÇÃO e PERSISTÊNCIA em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo, fará coisas admiráveis”

José de Alencar

Mini currículo

Doutora em Administração (UFBA), Mestre em Economia (UFBA), Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (CEPOM), Graduada em Economia (UCSal) e Ciências Contábeis (UNEB), Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva é Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia com atuação na graduação e mestrado, Vice chefe do Departamento de Ciências Contábeis, Integrante do grupo de implementação do Bacharelado em Ciências Contábeis- EAD na FCC-UFBA e Membro do Conselho Superior de Pesquisa e Extensão da Universidade (CAPEX). Também é Pesquisadora do grupo Aguas/CNPq e do PIBIC/UFBA e estudiosa da área de gestão pública, ciência política e metodologia científica e da pesquisa. Tem artigos publicados na área Contábil, Orçamento e Finanças Públicas, Metodologia da Pesquisa, Meio Ambiente e Gestão das Águas, Educação à Distância e Gestão/Política Pública.

UNIDADE TEMÁTICA 1

FUNDAMENTOS BÁSICOS E AS TRÊS PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO

1.1 A ESCASSEZ E OS PROBLEMAS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

Nesta Unidade I você está convidado a iniciar o conhecimento básico sobre a Economia como ciência, seus conceitos, objetivos, a investigação científica e os problemas econômicos. Esse entendimento será importante para sua compreensão das Unidades II e III, afinal a atuação do Bacharel em Ciências Contábeis é circunscrita por um contexto complexo no universo global das empresas e dos indivíduos.

1.1.1 A Economia como Ciência

Por ser a economia uma ciência social ela precisa usar métodos de análise de outras ciências, como a Biologia, Física, Matemática e Estatística. Assim, ela formula seus modelos ou teorias, com o intuito de representar a realidade de forma simplificada e descrever e interpretar os fatos para realizar previsões econômicas.

Um modelo é uma abstração da realidade e, não podendo usar todas as variáveis possíveis, adotam-se as mais relevantes. Parte-se então de um conjunto de argumentos considerados verdadeiros, as suposições, e se estabelece um conjunto de hipóteses de relacionamento entre variáveis.

Quais são as subdivisões da Economia?

A Economia pode subdividir-se em:

Economia Positiva – onde a Economia utiliza argumentos positivos, e;

Economia Normativa – onde a Economia emprega argumentos normativos.

O argumento positivo diz respeito ao que é, enquanto o argumento normativo refere-se ao que deve ser. Enquanto a Economia Positiva refere-se para descrever a realidade, lança-se mão da Economia Normativa para estudar políticas econômicas. Neste caso, com base em valores próprios, ou nos postulados de seu partido político, os condutores da política econômica governamental devem decidir o que julgam mais adequado para a sociedade.



Exemplo

Vamos há alguns exemplos de argumentos normativos?
a opção por “mais desemprego em troca de menos inflação”, ou;
“mais inflação contra menos desemprego”.

Explicando

O argumento de que o governo deve combater o desemprego (ou a inflação), embora implique maior inflação (ou desemprego) envolve julgamento de valor, enquanto a constatação de que o “aumento do déficit público reduz o desemprego e aumenta a inflação” constitui um argumento positivo, porque resulta da experiência empírica e dos postulados da teoria econômica.

A teoria científica, em geral, procura estabelecer relações de causa e efeito a partir das evidências do mundo real. De forma análoga, a Economia baseia-se em evidências para estabelecer relações e leis econômicas. A dificuldade é não poder controlar as evidências, como podem fazer a Agronomia e a Química, por meio de seus testes de laboratório.

Se não consegue controlar as evidências reais? Então, como atua a Economia?

Sem poder controlar as evidências e incluir todas as variáveis possíveis em seus modelos, a Economia como uma ciência social, não faz previsões com certezas matemáticas, mas indica probabilidades da ocorrência de eventos econômicos. Determinada estatisticamente, tais previsões são feitas dentro de margem aceitável de erro.

Entende-se que a teoria econômica procura respostas para os eventos econômicos do mundo real, buscando as causas de certos efeitos, a fim de estabelecer relações entre as variáveis.



Exemplo

Quando se diz que $C = f(Y)$, isto é, que o consumo (C) é uma função (f) da renda disponível (Y), queremos demonstrar uma relação simples entre a variável explicada (C) e a variável explicativa (Y). A relação é positiva, pois indica que o consumo aumenta ou diminui à medida que a renda disponível variar no mesmo sentido, tudo o mais constante.

A afirmação de que $(2+3) = 5$, logo $(5-3) = 2$ não constitui uma teoria, mas uma verdade incontestável.

Se a hipótese for confirmada pelos dados empíricos, a teoria mantém-se inalterada e aceita por todos. Todavia, no caso da teoria não ser confirmada, o corpo teórico precisará ser reformulado e confrontado com novas observações empíricas. Se novamente, ela não estiver de acordo com a realidade, poderá ser descartada em definitivo e trocada por teorias alternativas. In totum, antes de uma teoria ser inteiramente abandonada, surgem novas teorias, similares ou totalmente opostas, com suposições diferentes.

1.1.2 Economia: Conceitos, Objetivos e Investigação Científica

O interesse no estudo das doutrinas econômicas reside no fato de constituírem precioso e indispensável elemento representativo de uma época. Muitos dos acontecimentos do passado não seriam possíveis sem o auxílio de uma das doutrinas econômicas.

Em cada uma das doutrinas estão refletidas as grandes ideias dominantes. O conhecimento das idéias econômicas de um **Aristóteles** ou de um **Platão**, na **Antiguidade**, de certos autores da **Idade Média** e mais próxima de nós, de um **David Hume**, de um **Adam Smith** ou de um **Stuart Mill** é indispensável para a perfeita compreensão de suas filosofias.

Para o economista, o estudo da **História das Doutrinas Econômicas** apresenta interesse determinado por várias razões: a doutrina, com efeito, influencia a organização e a evolução das sociedades; seu conhecimento permite interpretar essa organização e essa evolução; a doutrina atua sobre a elaboração da ciência econômica, estimulando-a e facilitando-a; enfim, o conhecimento das doutrinas contribui para a formação e o desenvolvimento do espírito crítico.

As sociedades e a economia

A doutrina atua sobre a organização e a evolução das sociedades: a história não se faz sozinha; resulta também das idéias dominantes. As nações socialistas organizavam-se em função das idéias das doutrinas de Karl Marx. Há uma evidente influência das idéias sobre os fatos apenas lembrados neste momento. Mas encontrá-la-emos noutros passos da história da civilização.

A doutrina econômica explicando a evolução da sociedade

Além de atuar sobre a criação e a evolução das sociedades, a doutrina interessa-nos como fator explicativo, isto é, meio para explicar a organização e as transformações de uma sociedade.

A doutrina permite ligar os elementos diversos da atividade econômica e social de uma época, possibilita a visão e a compreensão da unidade da vida social e a íntima dependência de seus elementos. Assim, ela nos leva a ver, com maior clareza, as experiências do passado e do presente.

Vamos conhecer as principais características da Ciência Econômica?

- A economia é uma ciência social que difere das demais ciências sociais, pois possui uma possibilidade de quantificação que as demais não têm.
- Ela é capaz de quantificar, senão a atividade econômica pelo menos seus frutos, ou seja, o produto social.
- A maior parte das leis econômicas pode ser expressa matematicamente e verificada empiricamente.
- A lei da oferta e da procura, a lei do valor da moeda, etc., quase sempre são passíveis de medição, e podem, portanto, ser avaliadas não somente em termos do que acontece ou não acontece, mas em que medida acontece.

Etimologicamente, a palavra Economia vem do grego OIKOS (casa) e NOMOS (norma, lei). Seria a “administração da casa”, entendida aqui como “administração da coisa Pública”.

Desta forma, “Economia” pode ser definida como a ciência social que estuda a maneira pela qual os homens decidem empregar recursos escassos, a fim de produzir diferentes

bens e serviços e atender às necessidades de consumo. Estamos falando de uma ciência social que objetiva atender às necessidades humanas. Entretanto, depende de restrições físicas, devido à escassez de recursos ou fatores de produção (mão-de-obra, capital, terra, matérias-primas). Aprofundaremos mais esse ponto, mais adiante, quando tratarmos dos problemas econômicos! Você entenderá porque a economia é a ciência da escassez.

Conceitos de “Valor” na Economia

Há duas maneiras diferentes de se definir “valor” na economia moderna. Vamos a elas?

- Uma maneira retira o valor de uma relação do homem com natureza, ou do homem com as coisas. Ela parte da idéia de que o homem sente uma série de necessidades e é na procura da satisfação dessas necessidades que ele se engaja na atividade econômica. Portanto, o que ele cria na atividade econômica, ou seja, o valor, é o grau de satisfação ou a utilidade derivada dessa atividade. É a chamada a **teoria do valor-utilidade**.
- Uma abordagem oposta retira o valor não das relações do homem com as coisas, mas do homem com outros homens, isto é, das relações sociais. O valor, neste caso, é o fruto das relações que se criam entre os homens na atividade econômica. E ela se mede pelo tempo do trabalho produtivo que os homens gastam na atividade econômica. É chamada a **teoria do valor-trabalho**.

Você já ouviu falar destes nomes e conceitos?

É preciso ainda clarear um pouco mais estes novos conceitos?

Vamos lá, então...

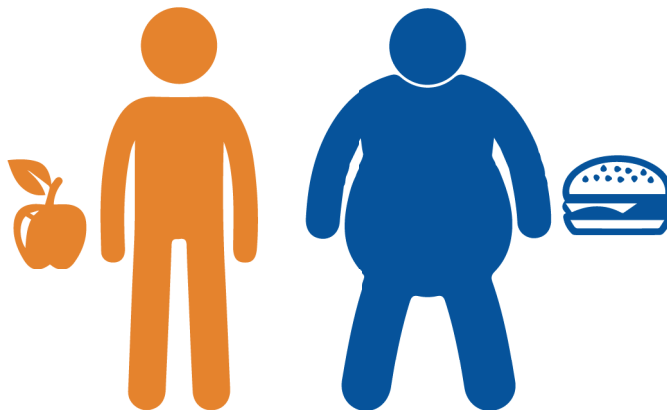
Teoria do Valor - Utilidade

A teoria do valor – utilidade parte da relação entre uma necessidade humana e o serviço ou objeto que a satisfaça.



Resumo

Eu tenho fome, o alimento que pode satisfazer a fome é o objeto de uma atividade econômica que valorizo na medida em que satisfaz esta necessidade.



A necessidade citada é subjetiva. Ela depende de quanta fome eu sinta, de minha preferência por este ou aquele alimento.



Resumo

Em princípio, cada necessidade humana pode ser satisfeita por mais de um objeto. e esta preferência é subjetiva.

Muito embora os nutricionistas definam qual é a quantidade de calorias, de proteínas, gorduras e vitaminas de que necessitamos para nos alimentar adequadamente (necessidade objetiva), ela não interessa, no entanto, à teoria do valor-utilidade; o que interessa são as maneiras diferentes como as pessoas experimentam essa necessidade, como elas a sentem e isto com certeza muda em relação a cada indivíduo.

Visão marginalista para o valor

- Os economistas marginalistas reconheceram o caráter subjetivo do comportamento individual e que havia grande variedade nas preferências de cada indivíduo dentre as diferentes formas de satisfação das necessidades.

- Os economistas marginalistas supuseram a “soberania do consumidor”, considerando-o sempre racional e capaz de reconhecer suas necessidades e os diversos modos de atendimento destas, mas não conseguiram decifrar as leis que governam esta grande subjetividade.

Uso do conhecimento da Teoria do Valor – Utilidade

Ao compreender o conceito de valor – utilidade, as empresas verificaram que através da publicidade e propaganda poderiam “manipular” ou “tendenciar” a vontade do consumidor fazendo-o acreditar que estaria autonomamente decidindo pela compra de produtos e ou serviços, fiel a determinada marca e, assim, condicionando seus reflexos.

Apenas o **marginalismo** não observou e tomou conhecimento do que acontecia de fato no mercado e continuou admitindo que as empresas se esmeravam e desenvolviam para atender aos desejos autonomamente e livremente formulados do consumidor individual. Também trataremos mais adiante da teoria marginalista, aqui foi resgatada para substanciar o conceito de “valor-utilidade”.

Conheceremos agora a Teoria do Valor – Trabalho!

A **teoria do valor-trabalho** parte da ideia de que a atividade econômica é essencialmente coletiva. Ou seja, ela não interessa no estudo da ciência econômica, enquanto atividade individual. É claro que os indivíduos, vez por outra, fazem coisas para si próprios, isoladamente.



Exemplo

Quando o forno de microondas quebra e o próprio dono da casa repara-o. Esta atividade poderia ser feita contratando um profissional - eletricista; se o profissional é contratado, sua atividade é econômica, é um serviço remunerado, constitui uma mercadoria, portanto é objeto do estudo da economia. Por outro lado, se a realização do reparo é feita diretamente pelo dono do forno de microondas, este não é, do ponto de vista da teoria do valor-trabalho, uma atividade econômica. É uma atividade particular que o indivíduo faz, assim como toma banho, que é uma atividade individual do adulto.

Quando o forno de microondas quebra e o próprio dono da casa repara-o. Esta atividade poderia ser feita contratando um profissional - eletricista; se o profissional é contratado,

sua atividade é econômica, é um serviço remunerado, constitui uma mercadoria, portanto é objeto do estudo da economia. Por outro lado, se a realização do reparo é feita diretamente pelo dono do forno de microondas, este não é, do ponto de vista da teoria do valor-trabalho, uma atividade econômica. É uma atividade particular que o indivíduo faz, assim como toma banho, que é uma atividade individual do adulto.

Na medida em que a atividade econômica é uma atividade coletiva, essencialmente social, ela decorre da divisão social do trabalho, na qual as pessoas desempenham funções diferenciadas e complementares



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

Já pensaram em uma sociedade humana sem a divisão social do trabalho? Nela cada indivíduo, como Robinson Crusoe sozinho em sua ilha, tenta sobreviver sem auxílio de ninguém, desempenhando todas as funções produtivas e se satisfazendo completamente em contato com a natureza. Em tal sociedade não haveria atividade econômica e a atividade produtiva não geraria valor.



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

Então, por definição:

O valor é o valor do produto social. da atividade coletiva conjunta de todos os membros ativos da sociedade e sendo assim pode ser medido pelo tempo de trabalho social investido neste produto.

Sendo assim, este tempo de trabalho equaliza todos os diferentes componentes do produto social.

Medição do trabalho social aplicado.

Podemos entender a partir daqui:

Que uma sessão de teatro é igual a tantas viagens de ônibus, que é por sua vez igual a outros tantos pares de sapatos, maços de cigarros e assim por diante, porque todos esses produtos resultam de uma mesma atividade social: o trabalho socializado, realizado mediante a divisão social do trabalho.

Vamos reforçar o que dizem alguns pensadores sobre o conceito de Economia?

“Economia é uma ciência social que estuda a administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos” (Paul Samuelson)

“Economia é arte de pensar” (Antonio Delfim neto)

Calma! Tudo será entendido! Vamos às relativizações...

Como podemos perceber a Economia em nossas vidas no dia a dia?

Com os estudos realizados pelos economistas e pensadores até nossos dias, podemos ver que a economia está presente em nossas vidas, desde questões mais rotineiras até assuntos de real e grande complexidade.

A investigação científica no campo da Economia procura testar pela evidência a estabilidade do comportamento humano, segundo uma hipótese formulada.

Aí fica a pergunta: Como é possível prever o comportamento humano?



Exemplo

Suponha uma multidão nas ruas de uma cidade cheia de bares e restaurantes, É bastante aceitável a ideia de que o consumo, neste local, de tira-gostos e bebidas deva ser estimulado?

Nesta situação torna-se difícil antecipar que determinadas pessoas no grupo em questão irão ou não consumir tira-gostos e bebidas.

Porém, observando o comportamento da coletividade, estaríamos propensos a dizer que sim, e a chance de acertar é maior do que a de errar.

Tal afirmação de que observando a coletividade existirá uma propensão a ter indivíduos consumindo tira-gostos e bebidas, deve-se à chamada “teoria dos grandes números”.

Definição da “Teoria dos grandes Números”

Quanto maior o número de casos favoráveis (número de pessoas com certeza tomam refrigerantes e sorvetes) em relação ao total dos casos possíveis de ocorrer (número total de pessoas da coletividade), tanto maior será a possibilidade de tendência geral no comportamento da coletividade.

Investigação Científica na Economia

Para o seu entendimento necessitamos de novas definições.

Vamos às mesmas que serão importantes neste estudo...

Definição de Teoria, Modelo e Métodos de investigação científica

Teoria – a teoria pode ser entendida como um conjunto de idéias sobre a realidade, sempre analisadas de forma interdependente.

Modelos – os modelos são a representação das principais características dos componentes de uma teoria.



Exemplo

A poupança depende da renda e o investimento da taxa de juros, porém é com o equilíbrio de ambos que a própria renda se equilibra.

Métodos de Investigação Científicos – os modelos de investigação científica caracterizam-se pelo raciocínio lógico e são classificados em indutivo ou dedutivo.

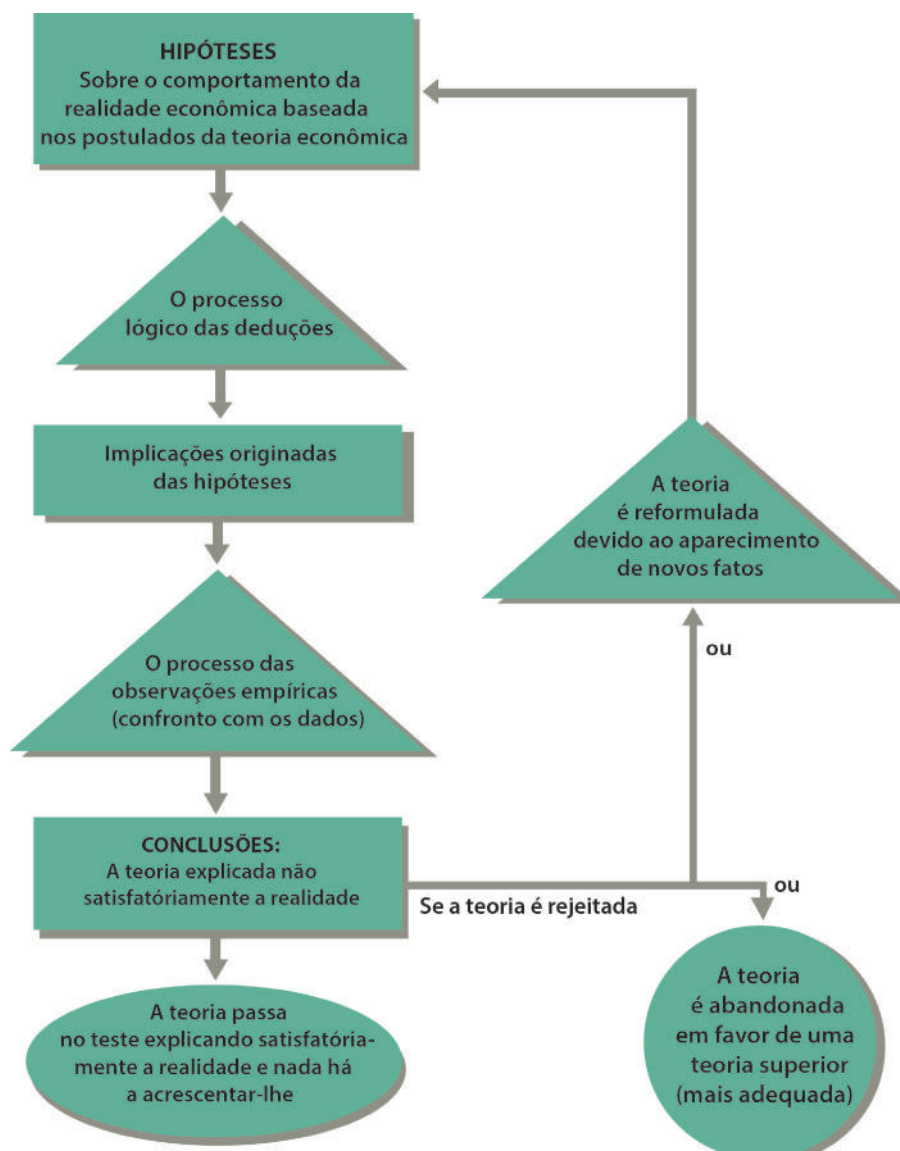
Indutivo: método que parte dos fatos específicos para chegar a conclusões gerais. Usa-se a experiência diária para auxiliar o seu entendimento.

Por exemplo: o aumento de tributos reduz a renda disponível e, logo, a demanda, o que por sua vez ajuda a conter o processo inflacionário.

Dedutivo: método que parte das conclusões gerais para explicar o particular.

Por exemplo: empresa capitalista maximiza lucro, e como a Ford é uma empresa capitalista, maximiza lucro.

Deve-se atentar que tal conclusão pode ser válida, mas não necessariamente verdadeira.



Fonte: Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP, p.8, 2ª edição.

Observaram como não é tão complicado?

Uma vez entendido as definições sobre os métodos torna-se importante atentar para a natureza dos argumentos pertinentes à teoria econômica. Estes argumentos podem ser positivos ou normativos, mas trataremos desse ponto no item 1.3, quando trouxermos a evolução do pensamento econômico.

Concepções e definições sobre ciência econômica

A Economia através da investigação científica busca testar pela evidência a estabilidade do comportamento humano, segundo uma hipótese formulada.

Então, fica o questionamento:

Como é possível prever o comportamento humano?

O comportamento humano apresenta caráter estável pela simples determinação da maior chance associada à tendência das ações da maioria das pessoas da coletividade que se está estudando – Esta é uma das vantagens da Economia sobre as demais ciências sociais, isto é, o comportamento econômico é o mais estável.

Comprovadas pela evidência, as leis que explicam o comportamento humano passam a fazer parte do conjunto de conhecimentos que formam a teoria econômica.

Teoria Econômica - Leis que explicam o comportamento humano e fazem parte do conjunto de conhecimentos

1.1.3 Os problemas econômicos: o que, como e para quem produzir?

Já compreendemos que a economia é uma ciência social, e objetiva atender às necessidades humanas. Porém, depende de restrições físicas, devido à escassez de recursos ou os chamados “fatores produtivos” que são: mão-de-obra ou trabalho, capital, terra e matérias-primas.

A escassez aparece porque as necessidades humanas são ilimitadas diante da restrição física dos recursos. Vimos que o crescimento populacional renova as necessidades biológicas; a vontade contínua de elevar o padrão de vida e as meteóricas mudanças tecnológicas induzem “novas” necessidades (computador, freezer, vídeo, CD, etc.). Assim, mesmo os países mais ricos também apresentam necessidades ilimitadas diante dos seus recursos. Um exemplo é o Japão, que precisa importar grande parte das suas matérias-primas.

Todavia, não havendo escassez de recursos, ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não teríamos **porque** estudarmos questões como aumento de preços, crescimento e desenvolvimento econômico, *déficit* no balanço de pagamentos, desemprego, renda. Tais problemas inexistiriam e, conseqüentemente, não precisaríamos estudar Economia.

Então, perceberam que o objeto da ciência econômica é a escassez?



Sabendo um pouco mais

Em economia tudo se resume a uma restrição quase física - a lei da escassez, isto é, produzir o máximo de bens e serviços com os recursos escassos disponíveis em cada sociedade.

Chamo a atenção que a escassez dos recursos disponíveis acaba por conduzir a escassez dos bens – chamados **bens econômicos**. E, somente existirá escassez se houver uma demanda para a aquisição do bem. Veja abaixo um exemplo para o entendimento do conceito de “escassez” em Economia:

O hino nacional escrito na cabeça de um alfinete é bem raro, mas não é escasso, porque não existe **demand**a para sua aquisição.

Depois destas colocações você poderia perguntar:

- Então, por que os bens são procurados ou desejados?

A resposta é relativamente simples:

- Um bem é demandado porque é útil! E, entenda por **utilidade** a capacidade que tem um **bem** de satisfazer uma necessidade humana.

Para os economistas interessa a existência das necessidades humanas a serem satisfeitas com bens econômicos, e não a validade filosófica das necessidades. Exemplo:

- A carne-seca pode ser uma necessidade para os menos favorecidos e não o ser para os mais favorecidos; para os menos favorecidos, um carro pode não ser uma necessidade, porém, para os de classe média já o é.

Como essas necessidades humanas se renovam no dia-a-dia e exigem contínuo suprimento dos bens a atendê-las e a constante criação de novos desejos e necessidades, motivadas pela perspectiva que se abre a todos os povos de sempre aumentarem o nível do padrão de vida, também o problema da escassez se renova.

Explicando o sentido econômico de escassez e necessidade, torna-se fácil entender que “Economia é a ciência social que se ocupa da administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos”, ou;

Que “Economia é o estudo da organização social, pela qual os homens satisfazem suas necessidades de bens e serviços escassos.”

Agora que vocês já têm a clara noção do objeto da economia, vamos aos problemas econômicos derivados da escassez.

Sabendo que os fatores produtivos são escassos e as necessidades humanas ilimitadas, os agentes econômicos precisam decidir onde aplicar preferencialmente os recursos disponíveis.



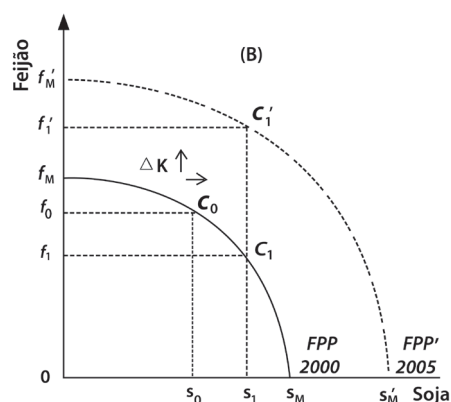
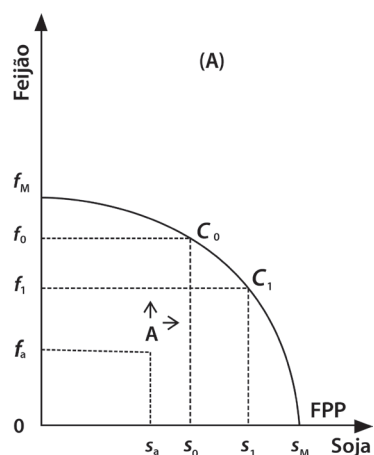
Exemplo

A sociedade pode escolher entre produzir mais canhões e menos alimentos, ou mais escolas e menos estradas.

Outro exemplo: No dia-a-dia, os consumidores fazem escolhas desse tipo no supermercado.

Essas escolhas referem-se às possibilidades de produção da economia.

A curva de possibilidade de produção



Fonte: Notas de aula da autora, com base em Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP, p.8, 2ª edição.

Para seu entendimento sobre a curva de possibilidade de produção iremos reduzir a totalidade de bens da economia a apenas dois produtos (feijão e soja).

Conforme pode ser visto na figura acima percebemos:

1. Se a economia empregar todos os seus recursos na produção de feijão ela obterá a produção máxima f_M de feijão e produção nula de soja;
2. Se, inversamente, empregando todas as terras, capitais e mão-de-obra na produção de soja, ela colherá s_M toneladas de soja e 0 toneladas de feijão. E se;
3. Em qualquer ponto sobre a curva haverá uma combinação tecnicamente eficiente na produção dos dois bens, pois todos os recursos estarão sendo plenamente empregados e a produção total permanece constante.



Resumo

Nas bases de qualquer comunidade encontra-se sempre a seguinte tríade de problemas econômicos: O QUE PRODUZIR? QUANTO PRODUZIR? PARA QUEM PRODUZIR?

Vamos entender melhor estes problemas econômicos básicos

Quais são os problemas econômicos básicos?

O que e quanto produzir?

Isso significa:

-Quais produtos deverão ser produzidos (sapatos, agendas, máquinas fotográficas, celulares, óculos, entre outros) e,

-Em que quantidades deverão ser colocadas à disposição dos consumidores.

Como produzir?

Isto é:

-Por quem serão os bens e serviços produzidos e,

-Como quais recursos e de que maneira ou processo técnico?

Para quem produzir?

Ou seja,

-Para quem se destinará a produção

Agora fica fácil entender que: o **que**, **quanto**, **como** e **para quem produzir** não seriam problemas se os recursos utilizáveis fossem ilimitados. Todavia, na realidade existem **ilimitadas necessidades** e **limitados recursos disponíveis e técnicas de fabricação**.



Itens a ser produzidos: sapatos, agendas, máquinas fotográficas, celulares, óculos, entre outros

Fonte: Ilustração por Marcone Pereira



Quem produz e o processo técnico

Fonte: Ilustração por Marcone Pereira



Para quem se destinará a produção

Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

Então você deve estar perguntando:

Como então a Economia resolve estas questões?

Em função dessas restrições, a Economia deve optar dentre os bens a serem produzidos e os processos técnicos capazes de transformar os recursos escassos em produção.



Sistematização dos sistemas econômicos. Baseada no modelo de Vasconcellos (2008).

CONCEITOS DE CURVAS DE TRANSFORMAÇÃO.

CUSTO DE OPORTUNIDADE.

Já ficou claro que são escassos os recursos para a produção e ilimitados desejos para o consumo desta mesma produção? Vamos entender como estes conflitos poderão ser atendidos segundo a ciência econômica. Supomos que somente dois bens econômicos deverão ser produzidos: camisas e carros.

Haverá sempre uma quantidade máxima de carros (ou camisas) produzida anualmente, quando todos os recursos forem destinados à sua produção e nada para a produção de camisas (ou carros). Há que se entender que a quantidade exata de produção dos bens dependerá da quantidade e da qualidade dos recursos produtivos existentes na economia e do nível tecnológico com que seja combinado.

Adicionalmente observa-se, que fora das quantidades máximas de produção de carros (ou camisas) existem infinitas possibilidades de combinações intermediárias entre carros e camisas a serem produzidos.

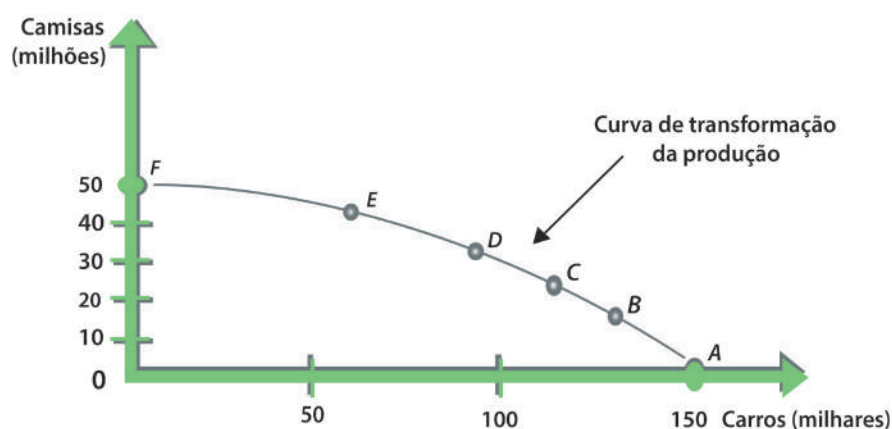


Figura: Curva de transformação da produção

Fonte: Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP, p.16, 2ª edição.

Acompanhando a dinâmica da figura acima se observa que:

1. Sendo direcionados todos os recursos para a fabricação só de carros (A) estar-se-ia sacrificando toda a produção de camisas.
 - a. Logo, o **custo de oportunidade** corresponde exatamente ao sacrifício do que se deixou de produzir, ou, em outras palavras, o custo ou a perda do que não foi escolhido e não o ganho do que foi escolhido.
2. Da mesma forma, se estivesse em B (carros = 140, camisas = 10) e passasse a C (carros = 120, camisas = 20), o custo de oportunidade seria o sacrifício de deixar de produzir 20 mil carros.
 - a. De uma forma geral ele é o sacrifício de se transferirem os recursos de uma atividade para outra.

Todo o aluno tem seu custo de oportunidade, que é o sacrifício de estudar no curso superior em vez de trabalhar e receber salário



Resumo

Então, resumindo, as condições básicas para a existência do custo de oportunidade são recursos limitados e pleno emprego dos recursos. Saliento que outras denominações do custo de oportunidade são “custo alternativo” ou “custo implícito” haja vista que não implica em dispêndio monetário e tem ampla aplicação na teoria econômica. Esse custo de oportunidade é considerado do ponto de vista social, ou seja, para a sociedade como um todo.



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

1.2 SISTEMAS ECONÔMICOS E A DIVISÃO DO ESTUDO ECONÔMICO

Como as pessoas podem resolver os problemas econômicos fundamentais? A resposta a esta questão depende da forma de organização econômica.

1.2.1 Economia de Mercado X Economia Planificada

Há duas formas principais de organização econômica:

- Economia de mercado (ou descentralizada, tipo capitalista);
- Economia planificada (ou centralizada, tipo socialista);

As nações organizam-se em uma dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

Nas economias de mercado há o sistema de concorrência pura, que não há interferência do Governo, e o sistema de economia mista, com a interferência Governamental.

Algumas considerações sobre a Economia de Mercado

O sistema privado de preços. Livre iniciativa.

São algumas características da Economia Privada de Livre Iniciativa:

- a. Numa economia privada de livre iniciativa, nenhum agente econômico (indivíduo ou empresa) se preocupa em desempenhar o papel de gerenciar o bom funcionamento do sistema de preços;
- b. Preocupam-se em resolver isoladamente seus próprios negócios;
- c. Procuram apenas sobreviver na concorrência imposta pelos mercados, tanto na venda e compra de produtos finais como na dos fatores de produção;
- d. A ação conjunta dos indivíduos e empresas permite que centenas de milhares de mercadorias sejam produzidas como um fluxo constante, mais ou menos voluntariamente, sem uma direção central;
- e. Tudo é realizado sem a coação ou direção centralizada de qualquer organismo consciente.



Questionamentos

Você imagina como funciona esse mecanismo de preços automático e inconsciente?

Suponha que por uma razão qualquer todos os homens desejem uma maior quantidade de calças:

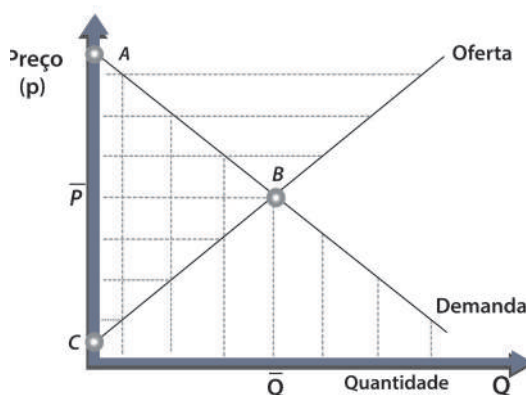
Situação um – Imagine agora se a quantidade disponível for limitada e inferior à demandada, então, a disputa entre os indivíduos para a aquisição de calças acabará por elevar o seu preço, eliminando os que não tiverem meios de comprar. Com a alta do preço, mais calças serão produzidas, podendo posteriormente baixar o preço.

Situação dois – Agora da mesma forma, imagine que há um excesso de sandálias no mercado, além da quantidade demandada. Como resultado da concorrência entre os vendedores, seu preço baixará. Um preço mais baixo estimulará o consumo de sandálias, e os produtores procurarão ajustar-se à quantidade adequada.

Como os desejos dos indivíduos determinarão a magnitude da demanda, a produção das empresas determinará a magnitude da oferta. O **equilíbrio entre a demanda e a oferta será sempre atingido pela flutuação do preço**.

O mecanismo de preços é um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximações sucessivas, para alcançar o equilíbrio entre oferta e demanda.

Você pode observar e identificar na figura abaixo a área de negociação do preço e da quantidade para o produto. Neste exemplo a área de negociação acontecerá na região da figura definida como ABC, mas o seu equilíbrio dar-se-á em B.



Fonte: Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP, p. 22, 2ª edição.

Figura: Preço e quantidade de equilíbrio

O mercado é a solução civilizada mais barata, logo, a mais eficiente, para realizar troca que, em última instância, é a essência do problema econômico.

Algumas considerações sobre a Economia Planificada...

Naquelas chamadas de economias centralizadas, os três problemas básicos – o **quê e quanto, como e para quem produzir** – são determinados pelos órgãos planejadores centrais e não pelo sistema de preços como nas economias de mercado..

O planejamento é formulado da seguinte maneira:

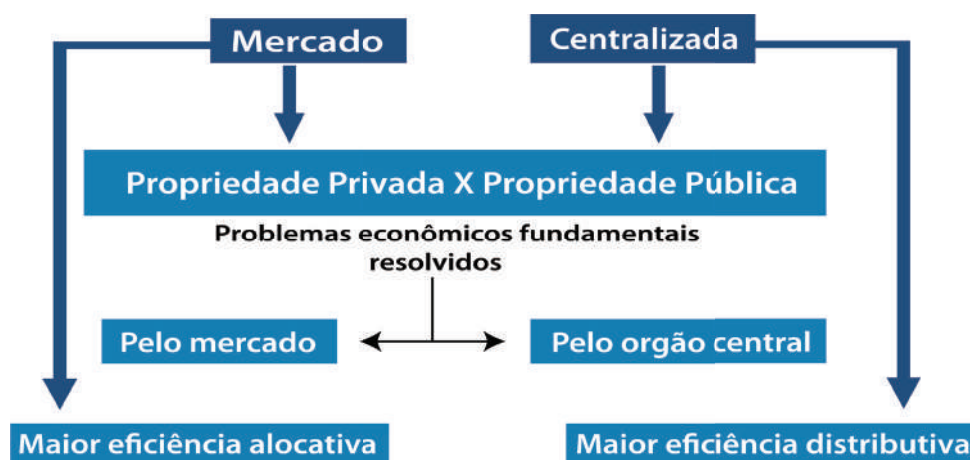
Primeiro: faz-se um inventário das necessidades a serem atendidas;

Segundo: faz-se um inventário dos recursos e das técnicas disponíveis para a produção;

Terceiro: com base nessas disponibilidades, faz-se uma seleção das necessidades prioritárias e fixam-se as quantidades de cada bem a serem produzidas – são as chamadas metas de produção-consumo

Em uma Economia Centralizada o sistema de preços não funciona como mecanismo orientador, mas sim para facilitar a consecução dos objetivos de produção estabelecidos pelo Estado.

Podemos assim sistematizar os sistemas de mercado e centralizado



Fonte: Própria, baseada no modelo de Vasconcellos (2008).

1.2.2 A Participação Econômica do Estado: Sistema de Mercado Misto

Um sistema de mercado muito próximo da concorrência pura, devido, a praticamente, inexistência da força dos sindicatos e dos oligopólios se fez presente até o início do século XX predominantemente. A partir de 1930, sobretudo, quando tais forças prevaleciam,

associadas a outros fatores, a economia se tornou mais complexa, “impondo” **ao setor público a atuação de forma mais ativa** nas metas da atividade econômica.

Basicamente, a atuação do governo se justifica com o objetivo de eliminar as distorções alocativas e distributivas, **bem como tentar** promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode dar-se das seguintes formas:

- Atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos, fixação de salário mínimo, preços mínimos, taxa de câmbio;
- Complementação da iniciativa privada (principalmente em investimentos em infra-estrutura básica, que o setor privado não tem condições de assumir);
- Fornecimento de serviços públicos: iluminação, água, saneamento básico etc.;
- Fornecimento de bens públicos, que não são “vendidos” no mercado: educação, justiça, segurança.
- Compra de bens e serviços do setor privado (o governo é, isoladamente, o maior comprador do sistema).

1.2.3 Áreas de estudo e interesse da Economia

A Economia apresenta áreas distintas de interesse no seu estudo, é possível dividi-la da seguinte forma:

- a) Microeconomia: Sua preocupação está voltada para a determinação dos preços e quantidades em mercados específicos, assim ela estuda o comportamento de consumidores e produtores e o mercado no qual interagem.
- b) Macroeconomia: Com o objetivo de delinear uma política econômica, seu foco de estudo é a determinação e o comportamento dos grandes agregados como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços, etc.. Seu enfoque é conjuntural, isto é, preocupa-se em resolver questões como inflação e desemprego, no curto prazo.
- c) Desenvolvimento Econômico: Tem o objetivo de estudar modelos de desenvolvimento que permitam à elevação do padrão de vida (bem-estar) para a coletividade. Questões estruturais, de longo prazo (crescimento da renda per capita, distribuição de renda, evolução tecnológica) são seu foco de preocupação.
- d) Economia Internacional: A determinação da taxa de câmbio, do comércio exterior e das relações financeiras internacionais são estudadas por essa área de

interesse, que tem objetivo estudar as relações de troca entre países (transações de bens e serviços e transações monetárias).

1.3 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO (PARTE I)

Nos últimos séculos, a teoria econômica tem apresentado um dinamismo singular. Para Gastaldi (2005), o pensamento econômico evoluiu *pari passu* com os períodos da história da humanidade. Desde a fase da agricultura primitiva que permitiu o surgimento de núcleos humanos sedentários, em substituição ao nomadismo dos povos caçadores, os atos, fatos e fenômenos foram sendo gradativamente objeto de análises de causas e efeitos, até a definitiva constituição da economia como ciência, com seus precursores no século XVIII e seu fundador, Adam Smith, na era clássica.

Suas ferramentas de análise têm evoluído de forma marcante, e muitos de seus conceitos são utilizados em outras áreas. Seu escopo tem-se ampliado cada vez mais, dispondo atualmente de recursos que permitem processar uma quantidade de informações e situações inimagináveis há algum tempo atrás. A ciência econômica, dessa forma, serve-se de argumentos positivos (economia positiva) e argumentos normativos (economia normativa).

Vamos entender essa divisão?

1.3.1 Análise Positiva X Análise Normativa da Teoria Econômica

Argumentos positivos – são aqueles que dizem respeito ao que “**é, foi ou será**”. Melhor explicando, qualquer rejeição sobre as suas validades pode ser apropriadamente confrontada com os fatos da *realidade*.

Argumentos normativos – são aqueles que dizem respeito ao que “**deveria ser**”. As rejeições a tais argumentos não podem ser confrontadas com os fatos objetivos da realidade. Eles são apresentados sob forma de *juízos de valores* que procuram infundir a idéia do que é bom ou do que é ruim, logo, carregados de valores subjetivos.



Exemplo

São Paulo é a primeira cidade na produção industrial brasileira.

Esse é um argumento positivo porque pode ser confrontado com os dados da realidade.

E este próximo argumento?

São Paulo deveria ser a segunda cidade porque em primeiro deveria estar Salvador ou Recife.

E este novo argumento?

O salário real deveria ser mais alto para a felicidade geral do povo, bem como as exportações deveriam ser menores para poder aumentar o consumo interno, obviamente, tudo isso com uma taxa menor de inflação.

Podemos perceber, então, que a Economia só se interessa, primordialmente, pelos argumentos positivos.

1.3.2 Precusores da Teoria Econômica

Existe um “certo” consenso de que o início da teoria econômica, de forma estruturada, foi em 1776, com a obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*. No período anterior, encontram-se apenas referências, ou aspectos parciais de embriões da teoria econômica, embora a preocupação com a economia esteja sempre presente desde tempos remotos. Por exemplo, na Grécia Antiga, há algumas referências à economia, como o trabalho de Xenofonte (440-335 a.C.) que, aparentemente, foi quem cunhou o termo ECONOMIA (“*oiko nomos*”), em seus trabalhos sobre aspectos de administração privada e finanças públicas, com entendimento que a Economia é o estudo das finanças da casa, e por extensão, de uma Nação.

Naquela época, a moeda metálica já circulava e a sociedade grega já apresentava preocupações políticas e morais relativamente avançadas. Os escritos de Platão (427-347 a.C.) e seu discípulo Aristóteles (84-322 a.C.), são os dois maiores legados que se tem daquela época, os quais apontavam alegações de ordem econômica.

Até a época dos descobrimentos, nos séculos seguintes, encontramos raros trabalhos que se destacaram, porém, sem um padrão homogêneo, dando grande importância às questões morais. Um tema antigo que pode ser aqui posto como exemplo, é a questão da “usura”, onde se discute a moralidade dos juros altos, e seria de fato, um lucro justo.

A partir do Século XVI, observamos o nascimento da primeira escola econômica: o MERCANTILISMO.

O mercantilismo foi um regime de nacionalismo econômico. Fazia da riqueza o principal fim do Estado. Assinalou, na história econômica da humanidade, o início da evolução dos Estados modernos e das novas concepções sobre os fatos econômicos, notadamente sobre a riqueza. (GASTALDI, 2005, P 27)

Apesar de não representar um conjunto homogêneo, o MERCANTILISMO apresentava nítidas preocupações sobre a acumulação de riquezas de uma Nação. Trazia princípios fomentadores do comércio exterior e entesouramento de riquezas.

A fase mercantilista decorreu do crescimento do capitalismo comercial, representando ao lado do capitalismo industrial do início do século XVIII, a economia política pré-clássica.

Uma escola de pensamento francesa, a FISIOCRACIA, surgiu no século XVIII.



Sabendo um pouco mais

Os fisiocratas dividiram a sociedade em classes sociais, e tinham a preocupação de justificar os rendimentos da classe proprietária de terras. *Tableau Economique* foi o trabalho de maior destaque escrito por François Quesnay. Nessa obra, o autor divide a economia em setores, mostrando as suas inter-relações.

Por fim, para a escola fisiocrata havia uma espécie de “ordem natural”, reguladora dos fenômenos econômicos, sendo essa ordem providencial. Dito de outra forma, é como se a vida econômica se organizasse e reorganizasse automaticamente, deduzindo-se daí sua primeira contribuição, o “não-intervencionismo” do Estado na vida econômica, que mais tarde se transformaria no lema liberal “laissez-faire, laissez-passer”.

1.3.3. Texto Complementar

O Mercantilismo

A fase inicial do mercantilismo – geralmente chamada bulionismo – originou-se no período em que a Europa estava passando por uma aguda escassez de ouro e prata em barra, não tendo, portanto, moeda suficiente para atender ao volume crescente do comércio. Foram estabelecidas políticas bulionistas para atrair ouro e prata para um país e mantê-los no próprio país, proibindo-se sua exportação. Essas restrições duraram desde o fim da Idade Média até os séculos XVI e XVII. A Espanha – o país para onde foi quase todo o ouro das Américas – aplicou restrições bulionistas por mais tempo e impôs a punição mais severa para a exportação de ouro e prata: a morte. Contudo, as necessidades do comércio eram tão urgentes e os lucros com a importação de mercadorias estrangeiras poderiam ser tão altos, que até na Espanha os mercadores capitalistas conseguiram subornar funcionários corruptos ou contrabandear grandes quantidades de barras de ouro e prata para fora do país. O ouro e a prata espanhóis logo penetraram em toda a Europa, tendo sido, em larga medida, responsáveis pelo longo período de inflação já descrito. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e prata muito depois de as restrições bulionistas terem sido suspensas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI. Após uma época bulionista, a vontade dos mercantilistas de maximizar o ouro e a prata dentro de um país assumiu a forma de tentativas dos governos para conseguir um saldo favorável na balança comercial, quer dizer, ter mais moeda entrando no país do que dele saindo. Assim, as exportações de bens, bem como o transporte e os seguros (quando feitos por cidadãos do país e pagos por estrangeiros) foram estimulados, e as importações de bens e os custos de transporte e seguros pagos a estrangeiros foram desestimulados. Um dos tipos mais importantes de política destinada a aumentar o valor das exportações e diminuir as importações foi a criação de monopólios comerciais. Um país como a Inglaterra poderia comprar mais barato (de uma área atrasada, por exemplo) se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros, em vez de vários mercadores ingleses concorrentes pressionarem a elevação dos preços, na tentativa de ficar com o negócio. Analogamente, os mercadores ingleses poderiam vender suas mercadorias aos estrangeiros a preços muito mais altos se houvesse apenas um vendedor, em vez de vários vendedores, baixando o preço para atrair os fregueses de seus concorrentes. O governo inglês podia proibir os mercadores ingleses de concorrer numa área em que um desses monopólios tivesse sido concedido. Todavia, era muito mais difícil manter afastados os mercadores franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos procuraram

excluir esses mercadores estrangeiros rivais, estabelecendo impérios coloniais que podiam ser controlados pela metrópole, para assegurar um monopólio comercial. As possessões coloniais poderiam, com isso, fornecer matérias-primas baratas à matriz e delas comprar produtos manufaturados caros.

Além de estabelecer monopólios, todos os países da Europa Ocidental (exceto a Holanda) aplicavam extensos regulamentos às atividades de exportação e importação. Esses regulamentos talvez fossem mais amplos na Inglaterra, onde os exportadores que achavam difícil concorrer com os estrangeiros recebiam devoluções de impostos ou, como se isso não bastasse, recebiam subsídios. Uma grande lista de matérias-primas pagava imposto de exportação, para que não saíssem da Inglaterra. Assim, o preço que os mercadores-industriais ingleses tinham de pagar por essas matérias-primas seria minimizado. Às vezes, quando esses artigos tinham uma oferta reduzida para os industriais ingleses, o Estado proibia completamente sua exportação. A indústria têxtil inglesa recebeu esse tipo de proteção. No começo do século XVI I, ela representava aproximadamente a metade das exportações da Inglaterra. Os ingleses proibiram a exportação de quase todas as matérias-primas e produtos semi-acabados, ovelhas, lã, fios e estambre, que eram usados pela indústria têxtil. Medidas visando ao desestímulo das importações também eram muito comuns. A importação de algumas mercadorias era proibida, e outras mercadorias pagavam direitos alfandegários tão altos que eram quase eliminadas do comércio. Dava-se ênfase especial à proteção das principais indústrias de exportação da Inglaterra contra a concorrência estrangeira que tentasse penetrar nos mercados internos das indústrias exportadoras. É claro que essas restrições beneficiavam alguns capitalistas e prejudicavam outros. Conforme esperado, grupos especiais estavam sempre em conluio, para manter as restrições ou para estendê-las a diferentes áreas, de diferentes maneiras. Tentativas como os Atos de Navegação ingleses de 1651 e 1660 foram feitas para promover o uso de navios ingleses (fabricados na Inglaterra e com tripulação inglesa) no comércio de importação e exportação. Todas essas regulamentações do comércio exterior e dos transportes visavam a aumentar o fluxo de moeda para dentro do país e, ao mesmo tempo, diminuir a saída de moeda do país. É desnecessário dizer que muitas dessas medidas também decorreram de apelos e pressões de grupos de interesse especiais. Além dessas restrições ao comércio exterior, havia um emaranhado de restrições e regulamentos destinados ao controle da produção interna. Além das isenções tributárias, dos subsídios e de outros privilégios usados para estimular a maior produção das indústrias exportadoras importantes, o Estado também se envolvia na regulamentação dos métodos de produção e da qualidade dos produtos produzidos. Na França, o regime

de Luís XI V codificou, centralizou e ampliou os antigos controles descentralizados das guildas. Técnicas de produção específicas tornaram-se obrigatórias e foram aprovadas amplas medidas de controle de qualidade, com inspetores nomeados em Paris encarregados de fazer cumprir essas leis localmente. Jean Baptiste Colbert, famoso ministro e conselheiro econômico de Luís XIV, foi o responsável pelo estabelecimento de regulamentos extensos e minuciosos. Na indústria têxtil, por exemplo, a largura de uma peça de tecido e o número exato de fios contidos nesse tecido eram rigidamente especificados pelo governo.

Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices (1563) transferiu, na prática, para o Estado as funções das antigas corporações de artífices. Levou ao controle central sobre o treinamento dos trabalhadores da indústria, sobre as condições de emprego e sobre a alocação de mão de obra em diferentes tipos de ocupação. A regulamentação dos salários, da qualidade de muitas mercadorias e de outros detalhes da produção interna também foi tentada na Inglaterra nessa época. Não está exatamente claro até que ponto o pensamento mercantilista foi sinceramente motivado pelo desejo de aumentar o poder do Estado ou até que ponto foi um esforço mal disfarçado para promover os interesses especiais dos capitalistas. A distinção é relativamente sem importância, porque quase todos os mercantilistas acreditavam que a melhor maneira de promover os interesses do Estado era promover políticas que aumentassem os lucros dos mercadores capitalistas. De muito maior interesse são as ideias mercantilistas sobre uma questão que será sempre mencionada neste livro: qual é a natureza e quais são as origens do lucro?

Fonte: Texto retirado das págs 51 a 53 do Livro História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica. Autores: HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, Mark. 3ª edição. Tradução: VILLELA, A. Arruda. Rio de Janeiro. Elsevier: 2013.

1.4- EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO- (PARTE II)

“O modo de produção capitalista, após finalmente romper os grilhões do feudalismo e superar o período transitório do mercantilismo, atingiu seu clímax e revelou com mais clareza suas características socioeconômicas intrínsecas na Revolução Industrial, que ocorreu primeiro na Inglaterra e na Escócia, por volta das três últimas décadas do século XVIII e começo do século XIX, e difundiu-se por muitas partes da Europa Ocidental, no início do século XIX.”

(HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, 2013, P.79)

Esse é o contexto do início da Teoria Clássica na Inglaterra, que depois disseminou para outras Nações.

Esse é o contexto do início da Teoria Clássica na Inglaterra, que depois disseminou para outras Nações.

1.4.1 Teoria Econômica Clássica: concepção naturalista da sociedade

Segundo Gastaldi (2005), a Escola Clássica ou liberal veio para contrariar a escola fisiocrata, pois ela vem afirmar que a verdadeira fonte de riquezas é o trabalho. Considerado o precursor da teoria econômica, o pensamento de Adam Smith reúne um conjunto científico sistematizado, com um corpo teórico próprio. Em 1776, com “A Riqueza das Nações”, Smith fez uma espécie de tratado sobre questões econômicas, fazendo considerações de aspectos monetários, de preços, e da distribuição do rendimento da terra. A hipótese de haver uma “mão invisível” na economia foi sua contribuição mais conhecida. Esse axioma (da “mão invisível”), de um lado, representava uma síntese entre o individualismo metodológico e por outro lado, a concepção naturalista da sociedade. O pensamento de Smith levava a crer que o exercício desimpedido das pulsões individuais para a troca deveria produzir uma ordem próspera e harmônica, correspondendo a uma vocação “natural” da vida em sociedade.

Assim, ele colocou que, em sua busca de lucrar o máximo, todos os agentes promovem o bem-estar de todos. É como se todas as decisões da economia fossem guiadas por uma mão invisível. O mercado como regulador das decisões econômicas de um país traria benefícios importantes para a coletividade, independente da ação do Estado. Estamos aqui nos referindo ao princípio do LIBERALISMO. “O capitalismo moderno apresenta-se com as roupagens do neoliberalismo” (GASTALDI, 2005, p.51)

Outros economistas notáveis também marcaram o período clássico além de Adam Smith. São eles: Thomas Robert Malthus, Jean Baptiste Say, Frederic Bastiat, James Mill, David Ricardo e John Stuart Mill, entre outros. Um corpo teórico próprio passa a ser formado na economia e começa a se desenvolver instrumentos analíticos para entender as questões econômicas. Vários modelos para explicar o funcionamento da economia foram se compondo. O locus de destaque foi ocupado pela análise de questões monetárias que veio a contribuir para retratar instituições econômicas como os Bancos Centrais.

David Ricardo é um dos grandes expoentes desse período. Sobre esse pensador, HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER (2013) colocam que:

Em 1799, leu A Riqueza das Nações de Adam Smith, e, desde então, até sua morte, passou o tempo estudando e escrevendo sobre questões de Economia Política e aumentando sua fortuna. É de aceitação geral considerá-lo o teórico mais rigoroso entre os economistas

clássicos. Sua capacidade de construir um modelo abstrato de como funcionava o capitalismo e dele deduzir todas as suas implicações lógicas foi insuperável, em sua época. Além disso, sua teoria econômica estabeleceu um estilo de modelos econômicos abstratos e dedutivos que vem dominando a teoria econômica até hoje. (HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER 2013, p.79)

Modelos econômicos foram desenvolvidos com grande potencial de contribuição para os estudos analíticos. A distribuição do rendimento da terra analisada por Ricardo foi um trabalho seminal, **no qual** se coloca que a produtividade das terras mais pobres, ou marginais determina a distribuição do rendimento da terra - surgindo daí o termo “marginalismo”, sob a perspectiva econômica. Ricardo enxergava a sociedade sob a ótica da teoria do trabalho ou da produção. Autor de “Principles of Political Economy and Taxation”, discute a renda auferida pelos proprietários de terra mais férteis. Em virtude de a terra ser limitada, quando a terra de menor qualidade é utilizada no cultivo, surge imediatamente a renda sobre aquela de 1ª qualidade, ou seja, a renda da terra é determinada pela produtividade das terras mais pobres. Dessa forma, Ricardo inclina as suas conclusões ao tratamento do valor. Em sua obra, a ideia é a seguinte: embora todas as mercadorias que têm valor tenham que ter utilidade, esta não estabelecia o valor das mesmas. “Possuindo utilidade, as mercadorias recebem seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para sua obtenção”. No entanto, ele não desconsiderava a escassez das mercadorias (reconhecia sua limitada importância para as mercadorias que não pudessem ser reproduzidas livremente como estátuas e quadros raros, por exemplo). Mas seu enfoque era para as mercadorias que poderiam ser reproduzidas livremente (ordem natural).

Quem veio sintetizar o pensamento clássico foi John Stuart Mill, com trabalhos utilizados para o ensino de economia no fim do período clássico e no início do período neoclássico. Esse pensador consolida as contribuições de seus antecessores, colocando mais elementos institucionais e desenhando mais vantagens e limitações no funcionamento de uma economia de mercado.

Enfim, os clássicos, sobretudo Smith e Ricardo, partem do conceito abstrato de valor na construção das suas Teorias sem a menor pretensão de investigar como funciona a economia capitalista através das suas teorias. Nessa época, começaram a surgir os trabalhos de Karl Marx que, embora aceitando alguns princípios dos clássicos, levou-os através de caminhos diversos até conclusões diversas.

1.4.2 Teoria Econômica Marxista: crítica à Economia Política

A obra de Karl Marx, “O Capital” foi, e continua sendo a viga mestra do pensamento da corrente marxista. Na Segunda metade do XX, Marx economista e natural da Alemanha desenvolveu quase todo seu trabalho com Friedrich Engels na Inglaterra. O marxismo desenvolve uma teoria de valor-trabalho, e consegue analisar muitos aspectos da economia com seu referencial teórico.

O único autor que conceituou o capital no sentido literal da palavra foi Marx através da relação capital X trabalho. Uma vez estabelecido o seu conceito, ele mostra como o sistema funcionava. Alguns pensamentos influenciaram as ideias de Marx. Em 1º lugar, coloca-se a leitura crítica da filosofia de Hegel e Ferrerbach, dos quais Marx absorveu e aplicou, de modo peculiar, o materialismo dialético. Marx destaca o pioneirismo destes críticos da sociedade burguesa, mas reprovava o “utopismo” das suas propostas de mudança social. Finalmente, há toda a crítica da obra dos economistas clássicos ingleses, em particular Smith e Ricardo na qual Marx formula suas ideias que se reproduziram no conceito de capital e suas leis de movimento. Sua trajetória é marcada pelo desenvolvimento de conceitos importantes como valor, trabalho, mais-valia, modo de produção, luta de classes, entre muitos outros.

Seu método de investigação e conhecimento pressupunha que se deve partir das determinações abstratas e mais simples do objeto que se deseja pesquisar. A partir de um problema bem definido, pode-se chegar mais facilmente à solução. Através do objeto empírico (realidade observada), a sua representatividade se dá através do objeto teórico (produto da observação do pesquisador sobre o objeto empírico), que nada mais é do que a construção do objeto de estudo, que Marx denominou de “concreto pensado”.

Uma preocupação inicial de Marx foi conceituar primeiramente o capital, que é concomitantemente o cerne da economia capitalista e fundamental ponto de estudo da economia política. A partir deste conceito, que nasce da relação capital X trabalho, Marx desenvolve as características mais gerais do modo de produção capitalista, bem como as suas leis de movimento. Assim, Marx não examina convenientemente a concorrência em suas próprias determinações, pois sua preocupação debruça-se na definição das características mais gerais do capital, enquanto uma forma de riqueza, desejando desta forma explicitar o significado do trabalho assalariado e suas implicações.

Marx refina a teoria do valor-trabalho dos clássicos, pois admite que o valor de uma mercadoria seja igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, o que é

bastante diferente de afirmar que, este valor é igual exclusivamente ao trabalho imediato; “Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem e valor de uso social”¹ e mais, o produto, para manifestar-se em mercadoria, deve ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.

Enfim, segundo o marxismo a apropriação do excedente produtivo pode explicar o processo de acumulação e evolução das relações entre classes sociais. Karl Marx enfatizou muito o aspecto político de seu trabalho, que teve impacto ímpar não só na ciência econômica, como também em outras áreas do conhecimento.

1.4.3 Teoria Econômica Neoclássica: necessidades, escassez e escolha

Alfred Marshal foi o grande expoente da fase neoclássica. Em 1890 publicou o livro “Princípios de Economia”, que foi utilizado como livro-texto básico até a metade do século XX entre os estudiosos da época. Outros economistas de destaque da época neoclássica foram William Jevons, Leon Walras, Joseph Schumpeter, Vilfredo Pareto, Arthur Pigou, entre outros.

Para Marshall, o processo econômico visa atender às aspirações humanas e à satisfação de suas necessidades materiais. Vejam quais são os pontos cruciais dessa abordagem de Marshall:

- São inúmeros e de várias espécies as necessidades e os desejos humanos. Unicamente em fases primitivas de civilização são suscetíveis de serem satisfeitos.
- A economia estuda a ação individual e social, em seus aspectos mais estritamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar. Desta forma, por um lado, é um estudo da riqueza; e, por outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem per se.
- Sendo o estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos do cotidiano; a economia centra-se nos motivos que os afetam, de forma acentuada e constante, sobretudo, na sua condução no trato com as questões que impactam na sua riqueza e nas condições materiais do seu bem-estar.

No período neoclássico, houve uma considerável evolução na formalização da análise econômica. O comportamento do consumidor foi analisado com mais detalhe. Tanto o desejo do consumidor de maximizar sua utilidade ou satisfação ao consumir quanto do produtor em maximizar o lucro são o sustentáculo para a elaboração do aparato teórico

¹ Marx, O Capital, livro I, p.63.

neoclássico. O equilíbrio de mercado pode ser alcançado a partir do estudo das curvas de utilidade e de produção, dadas as restrições de fatores e restrições orçamentárias.

Comumente é chamada de teoria marginalista, pois, os resultados a ser analisados dependem basicamente dos conceitos marginais como por exemplo receita marginal, custo marginal, entre outros. Hunt, E. K. e Lautzenheiser (2013), estudiosos da história do pensamento econômico perceberam que nos modernos livros neoclássicos de teoria microeconômica, todo comportamento humano se reduz a tentativas racionais e calculadas de maximizar os lucros ou a utilidade; e a maximização dos lucros reduz-se, com frequência, meramente, a uma forma indireta de maximização da utilidade. Sobre a teoria neoclássica, os estudiosos acrescentam que (2013):

[...] o utilitarismo serve de fundamento filosófico para a teoria neoclássica do valor-utilidade e que essa teoria defende uma visão geral da harmonia de todos os interesses. Essa tradição intelectual representa a defesa mais profunda e bem elaborada do status quo do capitalismo de mercado ou de uma ideologia que o apoie. (HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, 2013, p. 241).

Logo, essa teoria neoclássica em sentido amplo nasceu em diversos países, sob culturas econômicas distintas na década de 1870. Os seus principais representantes centraram sua análise num indivíduo genérico isento de relações sociais, que busca atender ao seu próprio interesse, e que se orienta invariavelmente por suas preferências subjetivas. Essa corrente, em geral, teve desde o início buscou evidenciar o funcionamento do mercado pela “dança dos átomos sociais diante da música dos preços”.



Sabendo um pouco mais

A partir dos anos 80 (século XX), aqui no Brasil, a visão monetarista, sobretudo, no que tange à questão da inflação, apresenta um diagnóstico que associa a inflação brasileira ao desequilíbrio crônico do setor público. A necessidade de financiamento do endividamento público, que vem se arrastando desde a década de 60, provoca o aumento das emissões de moeda, ocasionando seu excesso, acima das necessidades reais da economia provocando uma alta de preços. Os economistas da corrente monetarista defendem uma economia de mercado, livre da intervenção do Estado na economia. Por essa razão, também são conhecidos como liberais e neoliberais.

UNIDADE TEMÁTICA 2

Macroeconomia: Estudo da evolução dos mercados e macroagregados.

A preocupação central dos economistas que trabalham com a Macroeconomia é identificar o que determina o nível de renda e do emprego de uma economia em certo período. Em seguida, sua atenção volta-se para as determinantes das flutuações do produto real e do nível geral de preços (**inflação**).

2.1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MACROECONOMIA

2.1.1 Conceitos Macroeconômicos Básicos

Antes de iniciarmos os estudos da macroeconomia, faz-se necessário o conhecimento de alguns dos vários conceitos econômicos que serão usados ao longo dessa Unidade 2.

Vamos conhecê-los?

a) Fatores de produção - são todos os recursos utilizados na produção dos bens e serviços para a satisfação de necessidades ou desejos do homem. Incluem os recursos naturais não-renováveis, como terra e água, mas também máquinas, equipamentos, recursos humanos, galpões, conhecimento técnico, capacidade empresarial, e muitos outros. Simplificadamente são eles:

- Terra – Englobam os recursos naturais não-renováveis, como terra, água e ar;
- Mão de Obra ou Trabalho – Englobam os recursos físicos, mentais e intelectuais do homem diretamente aplicados no processo produtivo;

- Capital – São os bens de capital, ou seja, são os recursos “produzidos” para serem utilizados na produção de outros bens, incluindo aí, sobretudo, máquinas, equipamentos e prédios.

Alguns estudiosos da área entendem a “tecnologia” como 4º fator produtivo, pois favorece o melhor aproveitamento dos recursos, podendo gerir tempo de produção, qualidade do resultado, melhor utilização dos recursos entre outros.

- b) Bens e serviços – itens resultantes do processo de produção. Bens são as coisas concretas, tangíveis, como sapatos, canetas, computadores, etc., enquanto os serviços são coisas intangíveis, como transporte, educação, saúde, etc.

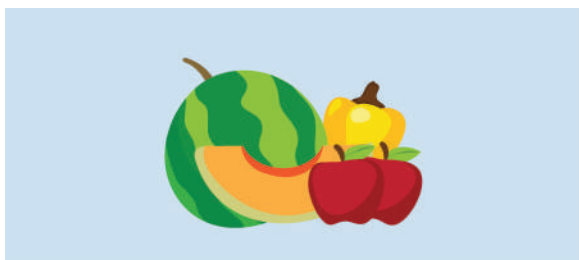


Caneta: Bens



Educação: Serviços

- c) Consumo X Investimento- De natureza distinta, ambos representam gastos para os agentes. Enquanto o Consumo refere-se aos gastos ou despesas com bens e serviços que visam satisfazer as necessidades pessoais, por exemplo, o gastos com uma refeição, carros, assistência médica, diversão e roupas; o investimento é direcionado às despesas realizadas para ampliar a capacidade produtiva da economia. A exemplo temos a construção ou ampliação de uma fábrica, a aquisição de novas máquinas, etc.



Gastos: Alimentação



Investimento: Ampliação de uma indústria

E poupança é um investimento?

É possível definir a poupança como a *parte da renda das pessoas ou das empresas que não é gasta*. Vale mencionar que se não há poupança não se tem como investir. Algum agente econômico tem que poupar, isto é, sacrificar consumo, para haver recursos que financiem o investimento.

2.1.2 Atividades Produtivas e Transações Econômicas na Contabilidade Social

A Contabilidade Social agrega dados da atividade de produção, lançando mãos de técnicas estatísticas, segundo os objetivos de análise da Macroeconomia. Os dados são agrupados em quadros contábeis de débito e crédito, correspondendo a períodos mensais, trimestrais e anuais.

Com o intuito de simplificar analiticamente, a economia subdivide-se em setores produtivos relativamente homogêneos. A agropecuária, indústria e serviços são os setores mais agregados. Cada um deles é, ainda, subdividido em grupos de atividades mais desagregados e, portanto, mais homogêneos, quais sejam:

- a. **Agropecuária:** lavouras, produção animal e derivados, extrativa vegetal, indústria rural;
- b. **Indústria:** indústria de extração mineral, indústria de transformação, indústria da construção civil, serviços industriais de utilidade pública;
- c. **Serviços:** comércio, transporte e comunicações, governo, intermediários financeiros, autônomos, outros serviços.

Vale salientar que cada um desses grupos de atividades pode ainda se subdividir em outros sub-setores. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, por exemplo, costuma publicar suas matrizes de insumo-produto do conjunto da economia brasileira envolvendo 43 setores e 80 produtos. É possível obter junto a esse órgão dados ainda mais desagregados.

Em suma, essas classificações partem da noção de setor de atividade, com o máximo de agregação, para a noção de “produto”, com o máximo de homogeneidade. Esses “produtos” mais desagregados ainda constituem setores, porque eles ainda englobam produtos diversos. Os produtos siderúrgicos, um dos 80 “produtos” do IBGE, constituem uma agregação de aço em lingotes, chapas de diversos tipos, produtos perfilados, arames, etc. Esses “produtos homogêneos” constituem as **atividades produtivas** de uma economia, que são realizadas no interior dos setores produtivos.

2.1.3 Agentes Macroeconômicos

As atividades produtivas e as transações econômicas mensuráveis pela Contabilidade Social são realizadas pelos **agentes econômicos**: família (unidades consumidoras), empresas (unidades produtoras), governo e o resto do mundo.

As famílias detêm a propriedade dos fatores de produção e recebe por eles uma renda, que é gasta no consumo de bens e serviços, ou guardada como poupança, que se transforma em investimentos produtivos.

As empresas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, contratam os fatores de produção, compram os diferentes insumos e produzem bens que são vendidos no mercado.

O governo, nas esferas federal, estadual e municipal, produz **bens públicos**, passíveis de serem utilizados por toda a população, independentemente de quem paga por eles. O governo utiliza os impostos, taxas e contribuições pagas compulsoriamente pelos cidadãos para cobrir suas despesas correntes e realizar investimentos.

O resto do mundo envolve os agentes econômicos do exterior que realizam transações com os agentes econômicos residentes no país, no período considerado. Os agentes econômicos residentes podem ser nacionais ou estrangeiros fixados no país, como empresas multinacionais e pessoas físicas, excluídos os turistas e os que efetuam viagens de negócios.

As atividades produtivas, realizadas pelas empresas e indivíduos, envolvem transações com bens e serviços de consumo final e bens de consumo intermediário, ou insumos. Os bens de consumo final, duráveis e não duráveis, atendem às necessidades imediatas das famílias, enquanto os insumos serão transformados pelas empresas em novos bens e serviços.

No próximo tópico, essas questões ficarão mais claras ao conhecermos o fluxo circular da renda e do produto.

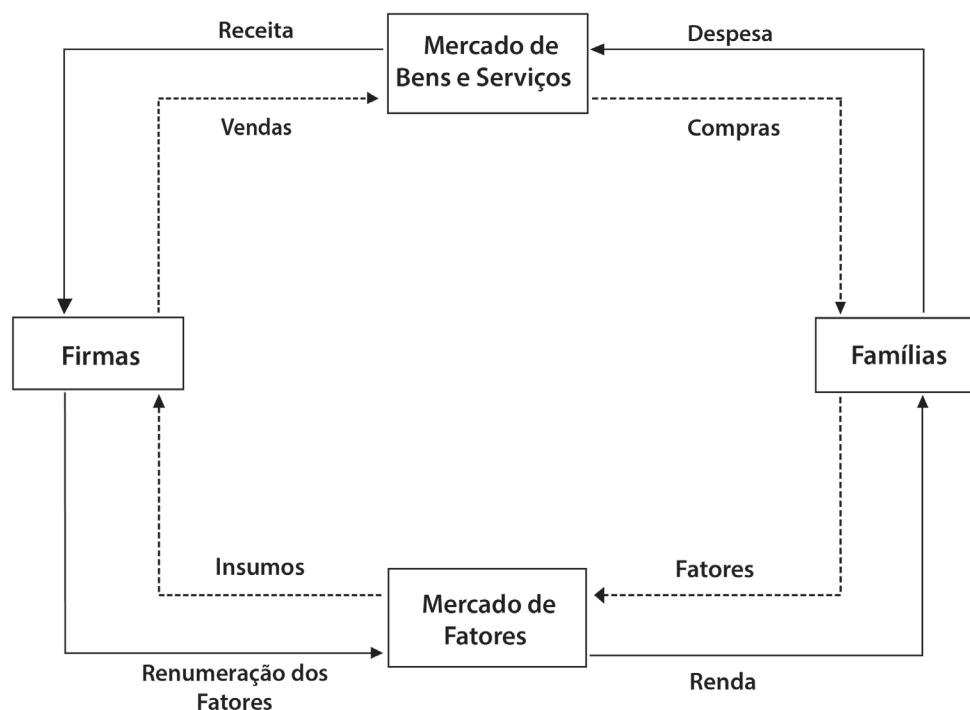
2.2 OS SETORES DA MACROECONOMIA: estudando os Sistemas Econômicos.

A Macroeconomia é, de maneira geral, um conjunto de variáveis que permitem saber se a economia de um país, num certo momento, está “crescendo” ou está em “recessão”, se existe “desemprego de fatores” ou “pleno emprego”, como está o “nível geral de preços”, etc. são estudados na macroeconomia.

2.2.1 Fluxo Circular da Renda e do Produto: Modelo básico

Há dois grandes mercados na Macroeconomia. A compra e venda dos diversos bens produzidos como carros, alimentos, canetas e dos diversos serviços como transportes,

distribuição de energia elétrica, serviço médico fazem parte do MERCADO DE BENS E SERVIÇOS, esse é um dos mercados. Nele, as unidades produtivas, ou “empresas” ofertam bens e serviços à sociedade; o outro mercado é o de FATORES DE PRODUÇÃO, no qual ocorre a compra e venda dos diversos fatores de produção como terra e recursos naturais, trabalho e capital. Nele, a sociedade (famílias) oferta os fatores de produção às unidades produtivas ou “empresas”. O relacionamento dos dois mercados e os dois “setores” da economia – as empresas e a sociedade, pode ser visualizado no desenho a seguir:



Fluxo Circular da renda e do produto

Fonte: Gráfico elaborado pela autora

Essa a representação simplificada do Fluxo Circular da Renda e Produto, elemento essencial para o entendimento de como funciona a lógica “macro” de um determinado sistema econômico. É claro que este modelo aqui apresentado é uma simplificação, pois não considera a interação com outros setores partícipes do sistema, tais como o setor público (governo) e o setor externo (outros países).

Então nesse item partimos de um modelo básico para chegar a um modelo mais próximo do mundo real. Dessa forma, admitimos que só houvesse esses dois “setores” na economia: as firmas ou empresas e as famílias. Esse modelo corresponde ao que se chama normalmente de “Economia Fechada e Sem Governo”. Nos próximos itens iremos incorporar novos agentes no sistema, que cada vez mais se aproximarão da realidade.

2.2.2 Economia com Dois Setores: Sem Formação de Capital

Aqui há apenas o setor “firmas ou empresas” e o setor “famílias”. Supomos que os preços dos diversos bens e serviços são constantes (sem inflação) o que significa que esta economia, por enquanto, não tem formação de capital, isto é, **poupança e investimento**. Se somarmos todos os bens e serviços finais produzidos pelas firmas durante certo período de tempo (um ano que é a medida mais adotada) chegaremos ao valor do **Produto Nacional**.

$$\text{PN} = p_{\text{feijão}}.q_{\text{feijão}} + p_{\text{açúcar}}.q_{\text{açúcar}} + p_{\text{livros}}.q_{\text{livros}} + p_{\text{computador}}.q_{\text{computadores}} + p_{\text{geladeiras}}.q_{\text{geladeiras}} + \dots$$

O **Produto Nacional (PN)** então é calculado pela preço (p) X q (quantidade) de cada item produzido na economia. Vale salientar que só entram no cálculo do Produto Nacional **os bens finais**, isto é, os bens que não serão mais transformados em outros bens, o que evita o equívoco da dupla contagem.

Assim, utilizando o “exemplo clássico do pão”, no cálculo do Produto Nacional, levaremos em conta o valor da produção de pão, mas não podemos somar novamente o valor da produção do trigo, do fermento, do sal, da farinha de trigo, etc. pois, estaríamos somando várias vezes os mesmos valores.

Para o cálculo do Produto Nacional durante um ano, as firmas precisam adquirir fatores produtivos, e para usá-los estas firmas precisarão remunerar os proprietários (famílias) desses fatores de produção. O total de pagamentos feito pelas firmas às famílias, pelo uso desses fatores de produção, é a **Renda Nacional**.

$$\text{RN} = W + j + a + l$$

w = Salários (remuneração do fator produtivo “Trabalho”)

j = juros (remuneração do fator produtivo “Capital” em moeda)

a = aluguéis (remuneração do fator produtivo “Terra”)

l = lucros (remuneração do fator produtivo “Capital”, este na forma de máquinas e equipamentos ou bens de capital usados na produção).

Note que nesta apresentação, os lucros representam uma espécie de “custo” para as firmas, na medida em que correspondem a valores que as mesmas devem pagar aos acionistas (famílias).

$$PN = RN$$

Clássica identidade macroeconômica fundamental

Agora você já sabe que o valor do Produto Nacional (total de bens e serviços finais produzidos durante certo período de tempo) é igual ao valor da Renda Nacional (total de pagamentos feitos pelas firmas aos proprietários dos fatores de produção).

2.2.3 Economia com Dois Setores: Com Formação de Capital

Acabamos de ver no modelo anterior uma economia em estado estacionário, ou seja, onde não há um crescimento do seu produto nacional (PN). Para que haja o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional em relação ao ano anterior) é preciso que se amplie a capacidade de produção no sistema econômico, a partir do **Investimento**.

Para seu entendimento, vale lembrar que o Produto Nacional é composto de dois tipos de bens:

§ **Bens de Consumo**, destinados a satisfazer as necessidades coletivas (das famílias), como alimentação, vestuário, entre outros.

§ **Bens de Investimento**, que são os bens de capital destinados a aumentar a capacidade de produção das empresas como máquinas, equipamentos, prédios e demais instalações, levando no todo a um crescimento da capacidade produtiva total da economia.

Desta maneira, é possível ver o “Investimento” de duas formas, quais sejam:

- a) **Investimento como gastos feitos**, ou seja, despesas com bens para incrementar a capacidade de produção da economia;
- b) **Investimento como gasto com bens** que foram produzidos, mas que não foram consumidos no período e deverão ser utilizados em consumo futuro, ou seja:

$$I = PN - C$$

I: Investimento (conceito do item a)) PN: Produto nacional C: Consumo

Vamos agora introduzir no modelo de poupança (S)?

É possível afirmar que a POUPANÇA é a parcela da renda que as famílias não consomem, ou seja, Poupança representa “abrir mão do consumo atual para desfrutar de um consumo maior no futuro”.

Mas como a Poupança é representada?

$$S = RN - C$$

S = Poupança (do inglês “Saving”)

RN = Renda Nacional

C = Consumo

Então, é possível derivar o seguinte entendimento:

Na ótica da Produção (nacional): $PN = \sum p_i \cdot q_i$

Na ótica da Renda (nacional): $RN = C + S$

Na ótica da Despesa (nacional): $DN = C + I$

Mas, como:

$$PN = RN = DN$$

Então:

$$C + S = C + I \rightarrow S = I$$

2.3. MACROECONOMIA E CONTABILIDADE SOCIAL

2.3.1 Economia com Três Setores: Participação do Setor Público

Agora você vai entender uma economia com o Setor Público, ou seja, a presença do Governo nas três esferas: a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios; e os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Mas, como o Governo participa do sistema econômico?

Ele interfere na economia através da Tributação (T) e dos Gastos Públicos (G).

O que compreende a Tributação (T)?

Os Impostos Indiretos, os Impostos Diretos, as Contribuições à Previdência Social, os encargos trabalhistas, etc. E mais, outras receitas de governo como taxas e multas.

E o que se podem considerar gastos públicos (G)?

Os Gastos Públicos (G) são os gastos dos ministérios, secretarias e autarquias, referentes a despesas correntes ou custeio e despesas de capital. Também são os gastos com Transferências e subsídios.

Chamo a sua atenção para o seguinte: os gastos realizados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista são aferidos no setor “firmas ou empresas”, pois tais entidades desenvolvem atividades de mercado, como produção de bens e serviços.

Também é preciso atentar-se que aqui estamos desconsiderando os gastos com pagamento de juros, encargos ou correção monetária; nesse modelo, entram apenas **os gastos “não-financeiros”**, ou seja, gastos com a compra de bens e serviços.

Caso os gastos públicos sejam maiores que a Tributação ($G > T$) haverá o **déficit fiscal ou déficit primário**; Já se tais gastos públicos forem menores que a Tributação ($G < T$) haverá o **superávit fiscal ou superávit primário**;

Nos últimos anos, a política do governo e o não alcance das metas dos resultados primários começam a dar sinais evidentes, que até no curto prazo, não há mais controle, aumentando dessa forma a incerteza e retraindo a confiança dos investidores externos. Em 2014, ano considerado atípico no comportamento das suas contas públicas, o governo atingiu o recorde nos seus gastos, e assim, as contas públicas desse ano, em um espaço temporal de 17 anos consecutivos, tiveram o pior resultado de toda a série histórica do Tesouro Nacional. Só com juros e amortizações da dívida pública, os gastos chegaram a R\$ 978 bilhões representando 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Todavia, esses gastos “financeiros” não devem ser computados no resultado fiscal. Então, porque devemos tanto?

Quando introduzimos o Governo no nosso modelo macroeconômico, veremos que o valor do Produto Nacional será alterado.



Atenção

Sem a presença do Governo, o valor do Produto Nacional era igual à Renda Nacional, veja:

$$PN = RN$$

$$RN = w + j + a + l$$

$$PN = w + j + a + l$$

Esse é o Produto Nacional “a Custo de Fatores” (o que não tem a participação do setor público)

$$PN_{cf} = w + j + a + l$$

Mas, antes de chegar às nossas mãos como compradores finais, muitos bens e serviços estão com seus preços alterados; alguns bens serão tributados pelo ICMS, outros pelo IPI, etc. Dito de outra forma, alguns bens vão chegar a nossas mãos como seus compradores por um preço mais alto.

Por outro lado, é possível que algumas empresas recebam subsídios do Governo (incentivos) para ofertarem seus bens e serviços por preços menores. Igualmente nesse caso, o preço do bem ou serviço que chega para nós sofre alteração, chegando mais baratos a nossas mãos. Afinal o governo deu uma “ajudinha” para que as empresas repassem seus produtos com preços menores.

Vamos conhecer mais um conceito de Produto?

Produto Nacional a Preço de Mercado (PN_{pm})

O Produto Nacional “a preços de mercado” é o Produto Nacional medido através do preço final que pagamos (como compradores finais) por isso ele é diferente do Produto Nacional a custo de Fatores.

Vamos ver por que?

$$PN_{pm} = PN_{cf} + \text{impostos indiretos} - \text{subsídios}$$

Por não serem encargos das empresas, mas sim das famílias (os indivíduos com renda), os impostos diretos não interferem no valor do Produto Nacional. Desta forma, não têm a ver com a diferença entre o custo dos fatores e os preços praticados no mercado.

Chamo a atenção que normalmente a expressão “Produto Nacional” refere-se ao **PN_{pm}** e para mencionar a “Renda Nacional” a sigla usada é **RN_{cf}**. Outro ponto que é preciso se atentar refere-se à participação do Setor Público (G: Governo) no sistema econômico e dois entendimentos acerca da carga tributária, quais sejam:

a) *Carga Tributária Bruta*: Total da arrecadação fiscal do Governo;

b) *Carga Tributária Líquida*: É a arrecadação fiscal do Governo menos as transferências e subsídios ao setor privado.

$$\begin{aligned} \text{Índice de Carga Tributária Bruta (\%)} &= \frac{\text{Impostos Indiretos + Impostos Diretos}}{\text{PIB}_{\text{pm}}} \times 100 \\ \text{Índice de Carga Tributária Líquida (\%)} &= \frac{\text{Impostos Indiretos + Impostos Diretos} - \text{Transferências - Subsídios}}{\text{PIB}_{\text{pm}}} \times 100 \end{aligned}$$

Então, utiliza-se como parâmetro de avaliação da carga tributária o Produto Interno Bruto (vamos falar ainda nessa Unidade II).

2.3.2 Economia com Quatro Setores: Setor Externo

O modelo será completado considerando as transações feitas com empresase indivíduos que não residem no país. Usualmente, denomina-se de o conjunto dos “outros países” como “resto do mundo” ou “setor externo”.

Novas variáveis entrarão no modelo, são elas:

Exportações (X): São as compras de nossos bens e serviços por quem é de fora do nosso país, ou seja, são gastos do setor externo com as nossas empresas.

Importações (M): São as compras que fazemos relativas a bens e serviços produzidos por empresas estrangeiras (de outras Nações), ou seja, do setor externo.

Pagamentos de serviços, tais como assistência técnica, consultorias, honorários, lucros, são feitos pelas empresas aos indivíduos, como forma de remuneração, e nesse caso são chamados de “**serviços de fatores**”. Há então dois novos conceitos de Renda para aprendermos.

Renda Enviada ao Exterior (REE): é a parte da renda gerada dentro do nosso país, mas que não pertence aos que aqui residem, ou seja, os nacionais. Por exemplo, uma dada remessa de lucros de uma empresa estrangeira que aqui está instalada para sua matriz no exterior.

Renda Recebida do Exterior (RRE): é como se fosse o contra- fluxo da REE, ou seja, refere-se à parcela da renda gerada em outro país (fora dos nossos limites territoriais), mas que se agrega à renda nas mãos dos nacionais. O recebimento de lucros obtidos por filiais de uma empresa nacional que está instalada em outro país, é um exemplo de renda recebida do exterior.

Renda Líquida de Fatores Externos (RLFE): é a diferença entre a Renda Recebida do Exterior e a Renda Enviada ao Exterior

$$RLFE = RRE - REE$$

Quando um país envia mais renda para o exterior do que recebe, a Renda Líquida de Fatores Externos é negativa; em caso contrário, é positiva.

2.3.3 PIB & PNB a partir da Economia de quatro setores

Já sabemos que quando um país recebe mais renda do exterior do que envia, a Renda Líquida de Fatores Externos é positiva; em caso contrário, é negativa.

Quando o país envia mais renda, usualmente utilizamos a expressão “Renda Líquida Enviada ao Exterior” (RLEE):

$$RLFE = REE - RRE$$

Dessa maneira, se a Renda Líquida Enviada ao Exterior é positiva, ou seja $REE > RRE$, o país envia mais renda para o exterior do que recebe.

Contrariamente quando a RLEE é positiva, acontece exatamente o oposto.

Tais remessas e recebimentos de renda vão provocar um ajuste no conceito de Produto Nacional.

Produto Nacional Bruto & Produto Interno Bruto

Pode - se entender o conceito de Produto Interno Bruto-PIB como o total de bens e serviços finais produzidos por um determinado país, num certo período de tempo, dentro de suas fronteiras territoriais. Desta maneira, o PIB é exatamente a renda devida à produção dentro dos limites territoriais de um país.

No entanto, parte deste PIB (ou desta Renda) vai remunerar as pessoas que residem fora do nosso país, como remessa de lucros enviadas, por exemplo. Portanto, devemos **deduzir do PIB** esta renda, que é a Renda Enviada ao Exterior (REE).

Ademais, os que aqui residem (os nacionais) recebem remuneração por serviços prestados em outras Nações. Dessa maneira, devemos **somar ao PIB** a Renda Recebida do Exterior (RRE).

$$\text{PIB} - \text{REE} + \text{RRE} = \text{PNB}$$

Bom, então dá para deduzir que o Produto Nacional Bruto corresponde à renda que pertence efetivamente aos nacionais, incluindo a renda recebida por nossas firmas instaladas no exterior e excluindo a renda enviada por nossas firmas para o exterior.

Vamos conhecer outra maneira de escrever essa relação entre PNB e PIB?

$$\text{PIB} - (\text{REE} - \text{RRE}) = \text{PNB}$$

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{PNB}$$

Chegamos ao modelo completo, daí vamos a uma das principais equações da macroeconomia, a Despesa Nacional:

$$DN = C + I + G + X + M$$

Vejamos que:

C = Despesas de Consumo das famílias;

I = Despesas de Investimento das firmas;

G = Despesas do Governo, (ao adquirir bens de consumo ou bens de investimento);

X = exportações

Já, as importações (M) entram com o sinal negativo porque deduzem da despesa nacional. Ao realizarmos importações, estamos gastando menos com nossos produtos nacionais (menos despesa nacional) e gastando mais com os produtos oriundos do exterior (portanto contribuindo com a despesa nacional do outro país e não do nosso).



Atividade

(ESAF-AFPS-2002) Considere uma economia hipotética que só produza um bem final: pão. Suponha as seguintes atividades e transações num determinado período de tempo: o setor S produziu sementes no valor de R\$ 200,00 e vendeu para o setor T; o setor T produziu trigo no valor de R\$ 1.500,00 vendeu uma parcela equivalente a 1.000 para o setor F e estoçou o restante; o setor F produziu farinha no valor de R\$ 1.300,00 o setor P produziu pães no valor de R\$ 1.600,00 e vendeu-os aos consumidores finais. Com base nessas informações, o produto agregado dessa economia foi, no período, de:

- a) 1.600
- b) 2.100
- c) 3.000
- d) 4.600
- e) 3.600

Acompanhem a resolução!

O produto agregado é a geração de valor promovida por cada passagem que atravessa o produto da fabricação até o consumo final. A ótica do produto rege que é dado pelo valor bruto da produção menos o consumo intermediário. O setor S, setor pioneiro nessa lógica, produziu 200 e, assim, não possuía consumo intermediário, ou seja, $200 - 0 = 200$.

O setor T, segundo setor da cadeia, produziu 1.500 e teve o consumo intermediário (oriundo da etapa anterior) de 200. Dessa maneira, $1.500 - 200 = 1.300$. alô!! não interessa aqui o estoque da produção (500), o que nos diz respeito é o volume de produção vendido (1000).

Por sua vez, o setor F gerou 1.300 e teve 1.000 de consumo intermediário ($1.300 - 1.000 = 300$) ao tempo que o setor P, setor varejista, apresentou 1.600 unidades vendidas e 1.300 de consumo anterior de farinha ($1.600 - 1.300 = 300$).

O produto agregado, é aqui o PIB simplificado, compreendido como produção exclusiva desse bem, corresponde ao somatório de $200 + 1.300 + 300 + 300 = 2.100$.

Letra b!

2.4 OFERTA E DEMANDA POR MOEDA NA ECONOMIA: SISTEMA MONETÁRIO

2.4.1- Moeda: Conceitos, Tipos e Funções

O que se entende por moeda?

Objeto de aceitação geral utilizado na troca de bens e serviços, que tem poder liberatório instantâneo.

A moeda como sendo todo objeto de aceitação geral, é usada na troca de bens e serviços, com capacidade de pagamento instantâneo. Inicialmente no seu surgimento, havia as moedas mercadorias, depois surgiu a moeda com seu valor lastreado em ouro, isto é, o Governo só emitia notas e moedas metálicas se dispusesse um valor equivalente em ouro (“padrão-ouro”). Eram chamadas de moeda-papel. Tem as características: homogeneidade, indestrutibilidade, divisibilidade e facilidade de manuseio e transporte.

Evolução da Moeda

- 1 - **Moedas-Mercadorias:** bens com valor de uso para seus possuidores
- 2 - **Moeda-Metálicas:** moedas-mercadoria predominante.
- 3 - **Moeda-Papel e as Casas de Custódia:** havia lastro integral por metais
- 4- **Moeda Bancária:** depósito do público nos bancos comerciais

Hoje, o valor material das notas e moedas em circulação não mais são lastreadas. Seu valor é garantido por lei, denominada assim de moeda “fiduciária” (“fidúcia” significa “confiança”). Atualmente predomina a chamada moeda “de curso forçado”.

Tipos de moeda

As seguintes espécies ou formas de moeda que são encontradas hoje:

I - moeda manual – são as moedas metálicas e o papel-moeda;

II - moeda escritural ou bancária – são os depósitos à vista nos bancos comerciais. Perceba que a moeda é o depósito à vista per se, não é o cheque. É preciso entender que o cheque sem um depósito à vista por trás dele não representa valor econômico. O papel-moeda e a moeda escritural ou bancária são chamadas moedas fiduciárias uma vez que não possuem valor intrínseco.

Quais as Funções da Moeda?

a) A moeda como instrumento de troca

A primeira das suas funções é como meio de pagamento nas transações, essa é a função mais cristalina e fundamental – a de servir como instrumento ou intermediária de trocas. Dessa forma, a moeda serve para intermediar as trocas de mercadorias entre os diversos produtores, sendo a mesma um elemento de aceitação geral. Se não existisse a moeda, as trocas de mercadorias entre os agentes econômicos seriam diretas (“escambo”) o que acarretaria uma gama de limitações na comercialização.



Exemplo

Um agricultor de laranjal que desejasse comprar pão teria que encontrar um padeiro que desejasse laranjas, e com ele entrar em entendimento para fechar o a “troca”. Dessa forma, seria preciso a dupla coincidência de desejos. Ademais, seria necessário também que um acordo acerca do valor relativo das duas mercadorias fosse feito entre as partes (o agricultor e o padeiro). Quantos pães valem uma laranja, e vice-versa? E se um pão custasse o equivalente a 1,5 pães?

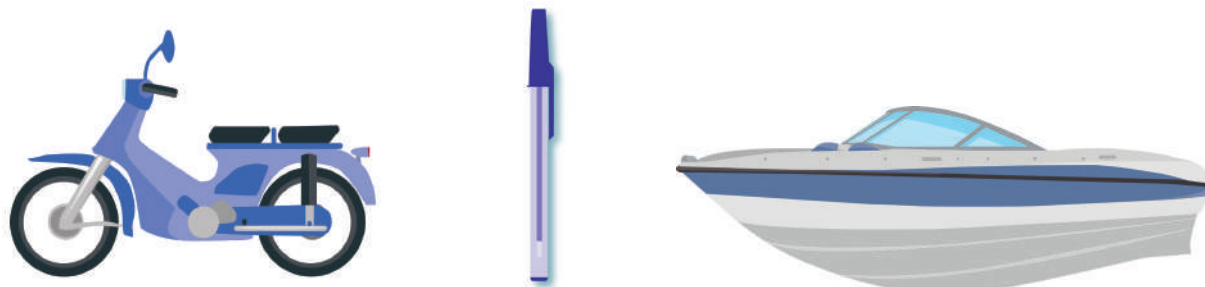


Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

b) Unidade de conta

Para comparar o valor de diversas mercadorias também utilizamos a moeda. Assim, ela funciona como um denominador comum, o que torna factível adicionar, por exemplo,

o valor de uma motocicleta com o de uma caneta e com o de um barco, e encontrar um valor total para esses três diferentes bens, expresso em unidades monetárias. Assim, a unidade de conta pode ser usada contabilmente.



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

No exemplo dado no item “instrumento de troca”, basta que o agricultor saiba o preço do Kg da laranja (ou unidade da laranja, que é menos comum) em unidades monetárias e do pão em unidades monetárias, para saber quantos Kgs ou mesmo unidades da laranja deverá vender durante a semana ou mês e o quanto terá disponível, nesse intervalo, para adquirir as diversas mercadorias, inclusive o pão, haja vista que tais mercadorias estão avaliadas, no mercado, em termos de valores monetários.

c) Reserva de valor

O indivíduo que recebe moeda não precisa gastá-la de forma imediata, podendo guardá-la para o uso futuro. Dessa forma, a moeda também serve como reserva de valor. Compreenda essa 3ª função como sendo certo “poder de compra” que pode ser guardado para uso futuro.

Mas, esta função merece ressaltar dois pontos: primeiro, se o indivíduo tem a preferência de manter sua riqueza sob a forma monetária, ele deixa de ganhar haja vista que a moeda em si não produz rendimentos; segundo, e de forma inversa, em tempos de inflação, o indivíduo sai perdendo por estar em um ambiente com desvalorização da moeda.



Questionamentos

Quais as principais funções da moeda?

Principais Funções da Moeda

- 1- Meio de trocas
- 2- Unidade de medida
- 3- Reserva de valor

Logo, a moeda, nas últimas décadas, tem cada vez mais se tornado um elemento estratégico no sistema econômico, pois compõe o lado monetário do nosso Fluxo Circular da Renda.

O “Lado Monetário da Economia” será estudado nos dois próximos itens. Partimos assim da observação que assim como existe um mercado de bens e serviços, existe também um mercado de moeda.

Diante da existência desse sistema monetário, iremos conhecer os dois lados desse mercado: a Oferta e a Demanda de Moeda, e em seguida, de forma introdutória, como acontece o seu equilíbrio.

2.4.2- A Oferta e a Demanda de Moeda na Economia

A Oferta de Moeda

A Oferta de Moeda é comumente chamada de “total de meios de pagamento” de uma economia, num certo instante do tempo, ou ainda, total de moeda existente naquele dado momento.

Tecnicamente, o Banco Central do Brasil considera os meios de pagamento (M1) todos os haveres possuídos pelo público não-bancário e que podem ser utilizados a qualquer momento para a liquidação de qualquer dívida em moeda nacional. Ou seja, são haveres que possuem liquidez absoluta e imediata.



Questionamentos

Quem emite a moeda? Como ela surge?

Em muitas Economias e o Brasil é uma delas, o Governo tem o monopólio da emissão da moeda, através das Autoridades Monetárias. O Banco Central tem poder de determinar a emissão de papel-moeda e moedas metálicas.

Como acontece esse processo?

Primeiramente, o Banco Central ordena à Casa da Moeda que fabrique as moedas metálicas e o papel-moeda. A moeda nova vai sendo colocada em circulação no mercado, e dessa forma, a sociedade faz seus depósitos em moeda em suas próprias contas correntes nos bancos comerciais, ou seja, efetuam os depósitos à vista.

Assim, no caso brasileiro, o total de meios de pagamento – geralmente denominado M1 – é definido pela expressão:

$$M1 = PMP + DV_{bc}$$

Donde:

M1 é o total da chamada **oferta monetária**.

PMP é o papel-moeda em poder do público – incluídas não só as notas mas, também, as moedas metálicas)

DV_{bc} é a moeda escritural ou bancária – representada pelos depósitos à vista, do público, nos bancos comerciais públicos e privados.

Aqui no Brasil, estatísticas afirmam que o público vem mantendo, na média da última década, cerca de 14% dos seus meios de pagamento sob a forma de dinheiro no bolso (=PMP) e os outros 86% como depósitos em conta corrente nos bancos comerciais, sendo interessante observar que estas relações são relativamente estáveis, só se alterando em função de uma anomalia no mercado.

Oferta de Moeda

É o total de moeda que o público tem a sua disposição para pagar as suas transações

Então você já entendeu que:

$$M1 \text{ (MEIOS DE PAGAMENTOS RESTRITOS)} = PMPP + DV$$

M1 não rendem juros e apresentam liquidez imediata, é usualmente conceituado “haver monetário ou mesmo de moeda”.

Há outros meios de pagamentos chamados de “quase moedas” ou “ativos não-monetários”, que são as demais composições dos agregados monetários. Também denominados de meios de pagamento ampliados, eles consideram as aplicações financeiras “menos líquidas” que propriamente o PAPEL MOEDA EM PODER DO PÚBLICO (PMPP) e os DEPÓSITOS À VISTA (DV). Estamos aqui nos referindo aos conceitos de M2, M3 e M4, ou meios de pagamento ampliados. Todavia, na iremos nos aprofundar nessa disciplina. Mas adiante, na disciplina MACROECONOMIA, vocês irão entender melhor.

Sistema Bancário - Oferta Monetária

BACEN

Principal função: Controle da Oferta Monetária

A Demanda por moeda

Já aprendemos que a oferta de moeda é feita pelo Banco Central e pelos bancos comerciais (via mecanismo multiplicador que você verá na disciplina MACROECONOMIA), Mas, por outro lado, há uma demanda por moeda, por parte das firmas e das famílias. Essa demanda pela coletividade refere-se à quantidade de moeda que o setor privado não-bancário **retém**, em média, seja com o público, seja guardando nas firmas, e/ou através de depósitos à vista feitos em bancos comerciais.



Questionamentos

O que faz com que as pessoas e firmas retenham dinheiro que não rende juros, e não o utilizem na compra de títulos, imóveis, entre outros?

Que motivos ou razões existem para a demanda por moeda?

A Teoria Econômica apresenta três razões para que os agentes econômicos tenham a vontade de reter moeda.

Iniciaremos com duas primeiras razões (transações e precaução), pois elas dependem diretamente do nível da renda nacional. Então quanto maior a renda nacional, maior

será o volume de negócios e assim o *quantum* de transações na economia. E nessa linha, maior será a necessidade de moeda para transações e por precaução.

Motivo-Transação: No cotidiano das famílias e firmas, todos precisam de dinheiro para suas transações para se alimentarem, para pagar o transporte, etc. Dessa forma, há uma necessidade desses agentes portarem moeda para realizar seus negócios do dia a dia. Também as firmas precisam ter saldo em caixa para honrar seus compromissos empresariais.

Motivo-Precaução: Há a necessidade de fazer certa reserva monetária para realizar pagamentos imprevistos, ou atrasos em recebimentos esperados. Assim, por lidarem com a incerteza, os agentes econômicos precisam ter reservas para tratar de situações inesperadas, se “precaverem”.

Motivo-especulação: Os agentes econômicos precisam escolher a composição de suas “cestas” de ativos, para tentar preservar seu poder de compra. Dessa maneira, o valor é *particionado* numa certa proporção entre moeda e títulos, sabendo que maior o volume de moeda tiverem, menor será o rendimento do seu portfólio, mas por outro lado terá uma maior liquidez.



Ilustração por Blossomstar / Freepik



Sabendo um pouco mais

Você sabia que há uma relação inversa entre demanda por moeda para especulação e taxa de juros?

Imaginemos que haja na economia dois tipos de ativos apenas: moeda (M) e títulos (T). As famílias e firmas podem escolher a composição da sua cesta de ativos (A) observando as distintas participações percentuais de moeda e títulos:

$$A = M + T$$

Se a taxa de juros for alta, o rendimento dos títulos será maior, assim maior será a quantidade desse ativo na composição da carteira do agente, que pode ser uma pessoa ou uma firma; por conseguinte, quantidade de moeda que o aplicador deseja manter em sua carteira será menor. Destarte, quando houver uma elevação na taxa de juros, a demanda por títulos também aumentará, ao mesmo tempo em que reduzirá a demanda por moeda pelo motivo-especulação.

Por outro lado, se houver uma redução na taxa de juros, menor será o rendimento dos títulos, e assim será menor a quantidade desse ativo na composição da carteira do agente, que pode ser uma pessoa ou uma firma; por conseguinte, maior a quantidade de moeda que o aplicador deseja manter em sua carteira. Desse modo, quando a taxa de juros diminui, a demanda por títulos também diminuirá, ao mesmo tempo em que a demanda por moeda pelo motivo-especulação elevar-se-á.

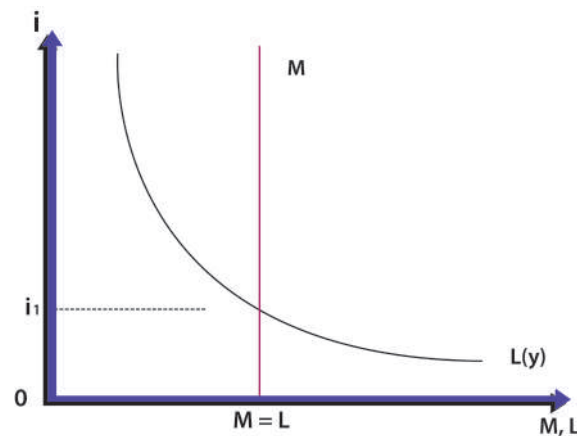
Agora que você também já entendeu quem são os demandadores de moedas e quais os motivos que os levam a buscá-la, vamos agora ao equilíbrio?

2.4.3. Atingindo o Equilíbrio no Mercado Monetário

A oferta de moeda é considerada como exógena, pois é determinada pelo Banco Central e não depende da taxa de juros do mercado, sendo esta considerada constante. O Banco Central emprega os instrumentos de Política Monetária para exercer o controle da Oferta de Moeda (ainda que os bancos comerciais tenham o poder de criar moeda escritural, diante do mecanismo do multiplicador).

A demanda de moeda, por outro lado, é dependente das variáveis renda e taxa de juros, já que a mesma se compõe dos motivos transação, precaução e especulação, como já vimos.

As curvas de oferta e de demanda por moeda podem ser vista na figura a seguir:



Fonte: elaboração própria

O equilíbrio no mercado monetário se dá no ponto em que a oferta de moeda é igual à demanda por moeda ($M=L$).

Observa-se que neste modelo, o mercado determina a taxa de juros. Não é a taxa Selic², considera-se aqui uma taxa genérica, trabalhando com uma situação hipotética de que só há uma dada taxa de juros para todas as operações de empréstimos no mercado.

Partindo do pressuposto de que as interações da oferta e da demanda por moeda, que determina a taxa de juros praticada no mercado financeiro, você verá na disciplina de MACROECONOMIA como o Governo utiliza a Política Monetária para afetar o nível do produto e da renda.

Texto Complementar: Teoria Quantitativa da Moeda.

Como nossa disciplina é Introdução às Teorias Econômicas, vamos conhecer basicamente o que dispõe a Teoria Quantitativa da Moeda.

Na versão dos Clássicos, a teoria quantitativa, dá ênfase a função da moeda como meio de trocas. Em qualquer período, dessa forma, o valor global das transações é igual ao número de transações (T), multiplicado pelo seu preço médio (P). Tal resultante será

2 Taxa Média SELIC (TMS) É a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no SELIC, praticada nas operações compromissadas por um dia, tendo como lastro títulos públicos federais, estaduais e municipais negociados no mercado secundário. In: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_t.asp Acesso em Setembro/2016. A grosso modo, é a taxa de juros básica da economia do país e é definida a cada 45 dias pelo COPOM –Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

idêntico ao fluxo monetário que é igual à quantidade de moeda ou meios de pagamento (M) multiplicado pelo número de

vezes que a moeda trocou de mão (V) em um dado período de tempo. Assim, a “equação das trocas” se apresenta como:

Teoria Quantitativa da Moeda

$$MV = PT$$

Por motivos de cunho prático, posteriormente, o quantum de transações (T) foi substituído pelo nível de renda (Y) já que há estatísticas mais confiáveis sobre a renda e não sobre a o volume de transações. Neste caso, é feita a hipótese de que o nível das transações totais seja proporcional ao nível da renda.

Com isso, a equação da TQM foi assim reescrita:

Teoria Quantitativa da Moeda “modificada”

$$MV = PY$$

M = quantum de moeda (ou meios de pagamento)

V = a velocidade de circulação deste estoque de moeda

P = o nível médio de preços (índice); e,

Y = o nível da renda ou produto real.

Como a TQM é representada inicialmente, dada a definição de V, sua equação

é verdadeira em relação a quaisquer valores de M, P e Y. Este é um caso de tautologia, ou seja, verdadeira em si mesma e, como tal, nada a princípio adiciona algo de importante à teoria econômica.

Todavia, ao inserir algumas hipóteses sobre suas variáveis, assim como fizeram os economistas clássicos, a equação das trocas pode ser útil no ponto de vista da economia, mas ficaremos por aqui. O interessante é você saber que a TQM foi uma contribuição interessante no ponto de vista monetário em contra partida da visão keynesiana que insere no modelo, o motivo “especulação”.

UNIDADE TEMÁTICA 3

Microeconomia: Estudo do comportamento das empresas e do consumidor

Dois níveis distintos perpassam os estudos da economia: Por um lado, a macroeconomia, que acabamos de estudar e que estuda os macroagregados e o sistema econômico na sua totalidade, sem haver um mercado específico de estudo. Por outro lado, há a microeconomia que estamos agora iniciando os estudos preliminares. Esse nível estuda o comportamento econômico dos agentes econômicos como os consumidores, os proprietários dos recursos produtivos e as empresas produtoras; a determinação e as variações dos preços dos recursos produtivos (chamados de fatores de produção) - e dos bens e serviços tomados de forma específica também está no campo de estudos da microeconomia.

O estudo da produção da firma e dos distintos tipos de mercados - concorrência perfeita e monopólio, por exemplo - onde atuam os ofertantes e demandantes de bens e serviços também são objetos de estudo da microeconomia. Para esclarecer, Assim, o estudo da produção de uma empresa – por maior que ela seja – insere-se nos estudos da microeconomia, enquanto o setor agrícola é faz parte do campo da macroeconomia.

3.1 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E DAS FIRMAS: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O empresário não produz um bem para estocar, mas para vender no mercado. Exclui-se, portanto, aquele que produz por hobby, pois não está agindo como empresário. Entende-se que uma empresa escolhe o que e quanto produzir em função dos preços e das preferências dos consumidores.

Por suposição, os empresários e consumidores têm objetivos bem definidos e agem racionalmente. Enquanto os empresários procuram maximizar lucros, os consumidores objetivam a maior satisfação possível no consumo de bens e serviços.

3.1.1 Comportamento e Preferências do Consumidor

As suposições iniciais da análise são as de que o consumidor dispõe de determinada renda e conhece todas as informações sobre os bens e serviços disponíveis no mercado. Tais informações incluem os diferentes preços, a oferta de bens alternativos e o grau de satisfação que cada bem proporcionará ao consumidor, no atendimento de suas necessidades. A figura abaixo mostra um consumidor indeciso acerca de qual televisor será o mais apropriado para suas necessidades, dentro da sua restrição orçamentária.



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

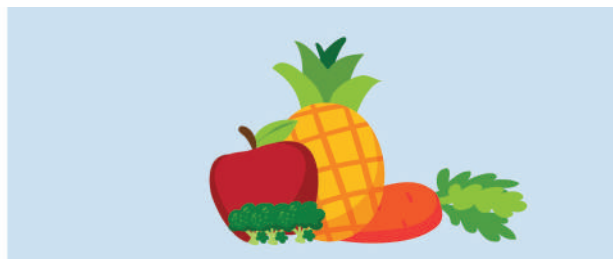
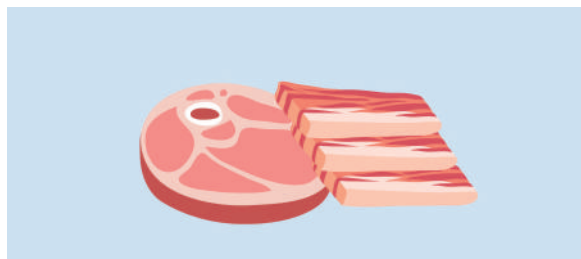
Como age o consumidor? Quais as suas preferências?

De posse de sua renda, o consumidor vai ao mercado a fim de comprar determinadas quantidades de um conjunto de bens, que formarão sua cesta de consumo. Ele faz uma lista de compras, que constitui sua escala de preferências, em função de seus gostos e dos preços. Mas, também age racionalmente no sentido de que irá procurar obter a máxima satisfação, com um mínimo de dispêndio.

Os gastos estão limitados ao total de sua renda, incluindo-se o crédito recebido. A lista de compras, ordenada segundo as preferências do consumidor, forma sua função preferência.

As cestas de consumo serão, então, estabelecidas em função das preferências e do orçamento ou renda disponível do consumidor. Diferentes cestas de consumo também podem ser ordenadas, como os bens individuais, em função das preferências do consumidor.

Por exemplo, o vegetariano rejeitará a cesta com carne e irá preferir, em princípio, a que possuir mais legumes e saladas. Obviamente, o vegetariano poderá escolher a cesta com carne se ela possuir mais de todos os bens, pois poderá desfazer-se da carne.



Assim, a função de preferência apresenta as seguintes características:

Assim, a função de preferência apresenta as seguintes características:

- (a) Uma cesta correspondente a um orçamento maior será sempre preferível a uma cesta relativa a um orçamento menor;
- (b) Se o consumidor prefere A do que a cesta B, então não irá preferir B ao invés da A;
- (c) As cestas A e B podem se indiferentes;
- (d) Se ele prefere A do que a B e B ao invés da C, então irá preferir A no lugar da C;
- (e) Se ele for indiferente entre as cestas A e B e entre as cestas B e C, também será indiferente às cestas A e C.

3.1.2 Utilidades e Curvas de Indiferença

Como funciona?

De início o consumidor ordena sua escala de preferências em função de seus gostos e da **utilidade** proporcionada pelos produtos individualmente.

- De início, pensou-se que a utilidade pudesse ser medida em *utis*.
 - A soma da utilidade proporcionada por todos os bens forneceria a utilidade total a ser maximizada pelo consumidor.
- o Constatou-se, porém, que a utilidade não pode ser medida cardinalmente, ou seja, não se pode comparar e então somar, por exemplo, as utilidades proporcionadas pelo consumo de um cafezinho e de um automóvel.
- o Em segundo lugar, não se pode somá-las porque as utilidades de alguns bens não são *independentes*. Assim, a utilidade ou satisfação proporcionada pelo toca-fitas do automóvel só terá sentido se o veículo também for adquirido.

Desse modo, a idéia de *utilidade cardinal* deu lugar à noção de utilidade ordinal. O consumidor apenas ordena os diferentes bens segundo a utilidade que, a seu juízo, eles proporcionam. Desse modo, ele apenas revela uma escala de preferência ou indiferença no consumo de cada bem, sem menção de valores para a utilidade ou satisfação.

Na tabela abaixo estão arroladas, *por ordem decrescentes de preferência*, diferentes cestas de bens, correspondendo a distintos orçamentos, contendo, entre outros bens, quantidades diversas de frango e peixe.

Cestas(Ordem)	Quantidade de frango	Quantidade de peixe
A	10	10
B	6	10
C	8	6
D	10	4
E	5	8
F	2	8
G	4	4
H	6	2

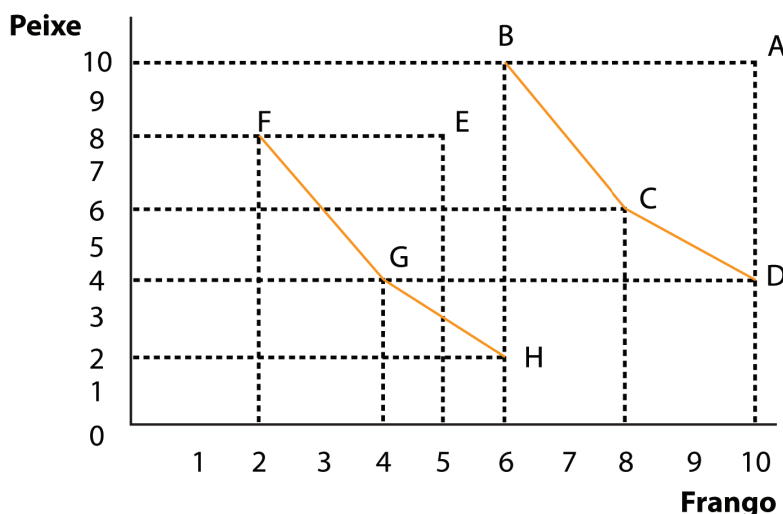


Figura: Ordenação das preferências do consumidor

Fonte: A partir das notas de aula da autora com base em Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP ,2ª edição.

Vamos analisar e entender esta tabela com cestas de bens?

- Situação um: A cesta A (10,10) é *preferível* a todas as demais cestas, porque possui maiores quantidades de ambas as mercadorias (frango e peixe);
- Situação dois: As cestas C(8,6) e D(10,4) são *indiferentes*, porque possuem a mesma quantidade total de bens.
- Situação três: Pode-se formular a suposição de que essas duas cestas também sejam indiferentes a B(6,10) se o consumidor preferir um pouco mais de peixe em troca de frango.
- Situação quatro: Porém, B(6,10) é *preferível* a E(5,8) porque tem maiores quantidades de frango e peixe.
- Situação cinco: Por seu turno, E(5,8) é preferível a F(2,8), G(4,4) e H(6,2), por ser uma cesta com maiores quantidades totais e, no mínimo, com a mesma quantidade de peixe.

Possuindo as mesmas quantidades totais de bens, as cestas G e H serão *indiferentes*.

- Situação seis: Pode-se supor que essas duas cestas também sejam indiferentes a F(2,8), por esta última possuir uma quantidade um pouco maior de bens, o que compensaria para o consumidor a redução da quantidade de frango.

Então: As preferências do consumidor determinarão qual das cestas será a melhor para o mesmo.

3.1.3 Demanda do Consumidor e do Mercado

Suponha que você vá a uma lanchonete com seus colegas e o garçom lhe entregue o cardápio. O que influencia a sua escolha? Ainda que você se atrapalhe é forçoso admitir que a primeira coisa que você olha é o preço dos diversos sanduíches. O preço, sem dúvida, é o principal fator que influencia a compra de qualquer produto pelo consumidor. Mas, você há de convir que a escolha de uma determinado lanche - digamos, um sanduíche cheeseburger - irá depender não só de seu preço mas, também, do preço dos outros tipos de sanduíches, dos salgados, que poderão substituir o cheeseburger.

É óbvio que, quanto maior o preço do cheeseburger em relação aos demais sanduíches e salgados, mais propenso você estará a pedir um sanduíche misto, hambúrguer ou uma coxinha de frango. Mas, se os preços forem mais ou menos iguais ou se, para você, a diferença de preços não pesar muito, você escolherá de acordo com sua preferência. De qualquer modo, você escolherá o seu “sanduba” e algum outro complemento como um salgadinho tendo em vista o que você pode ou está disposto a gastar, ou seja, de acordo com sua renda. Se considerarmos que a lanchonete onde você está é freqüentado por outras pessoas do seu bairro, é possível concluir que a quantidade de sanduíches e salgados vendidos por essa lanchonete no decorrer do dia, dependerá, também, da quantidade de pessoas do bairro que gostam de lanchar. Deve-se esperar que, num pequeno bairro, os frequentadores de lanchonetes são em menor número que em um bairro maior.

Esse exemplo simples deixa claro que sua escolha – e, de um modo geral a das outras pessoas - foi influenciada por distintos fatores ou variáveis que, normalmente, serão as mesmas que o influenciarão em outras ocasiões ou em outras escolhas.

Assim, é possível compreender pelo menos cinco fatores principais que influenciam a quantidade de um bem qualquer demandada pelos consumidores de um determinado mercado, quais sejam:

- Preço do bem (P_x)
- Preços de outros bens substitutos ou concorrentes (P_c)
- Gosto ou preferência do consumidor (G)
- Nível de renda do consumidor (Y)

. Tamanho do Mercado (M)

Aqui estudaremos a demanda por um bem X indicando as quantidades desse bem que o consumidor está disposto a adquirir quando varia o seu preço de mercado.

Ela pode ser derivada dos sucessivos pontos de equilíbrio, quando varia o preço do bem X, mantendo-se constantes os preços dos demais produtos.

Lei da demanda

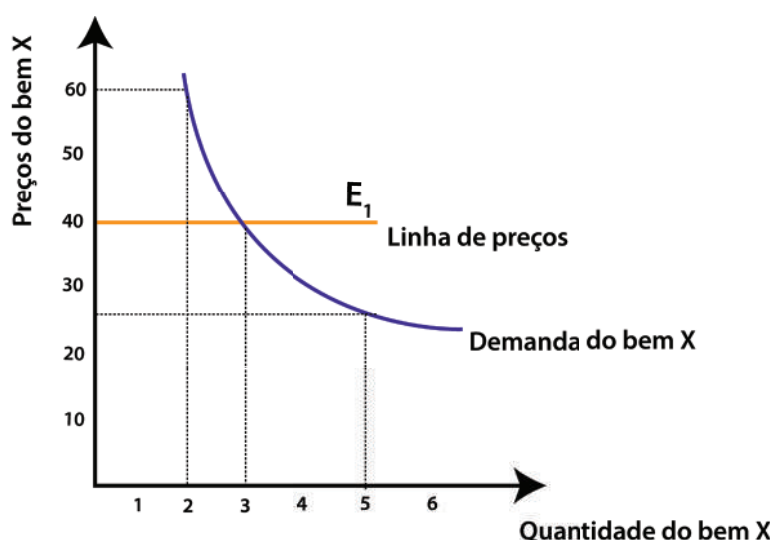


Figura: Curva de demanda e equilíbrio do consumidor

Fonte: A partir das notas de aula da autora com base em Vasconcellos M. A. S e Pinho Diva B. (Org). Manual de Economia dos Professores da USP ,2ª edição.

A demanda por um bem indica as quantidades desse bem que o consumidor está disposto a adquirir quando varia o preço do mercado.

Analisando a figura acima verificamos que:

1. Quando o preço do bem X era igual a 60, o consumidor estava disposto a comprar apenas duas unidades do bem. E;
2. Quando o preço reduzindo-se para 40 e para 24, o consumidor aumenta as quantidades demandadas, respectivamente para 3 e 5 unidades.

Ou seja, confirma-se que o consumidor irá então adquirir as quantidades determinadas pela curva de demanda e o preço de mercado.

Na mesma figura a linha de preços indica que o preço de mercado é igual a 40, o que corresponde ao consumo de 3 unidades do bem.

A esse preço dado pelo mercado, o equilíbrio do consumidor ocorre no ponto E_1 . Este comportamento do consumidor estabelece a **lei da demanda**: a quantidade demandada de um bem X varia inversamente com seu preço, sendo constantes a renda do consumidor e o preço dos demais bens.

Demanda do mercado

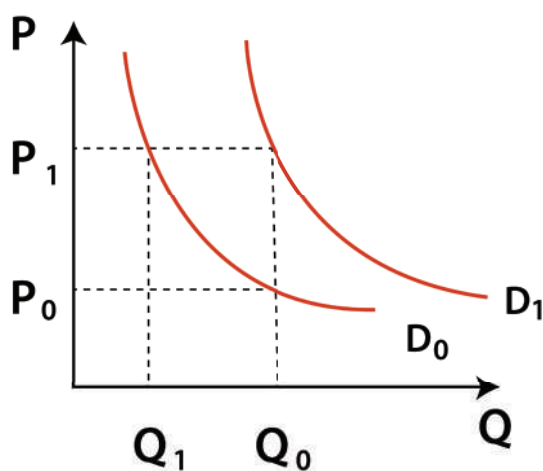
Como já citado anteriormente, os determinantes da demanda do mercado são:

- Preço do bem X, renda disponível, gosto ou preferência dos consumidores, preço dos outros bens substitutos e tamanho do mercado.

Com o aumento da renda os consumidores compram maiores quantidades do bem X ao mesmo preço. Com a queda da renda, ocorrerá o inverso.

Mudando os gostos dos consumidores ou o preço de um bem substituto ou o bem concorrente ao bem X a demanda mudará.

E isto você pode verificar na figura abaixo.



Fonte: Notas da Aula 1 do Professor Francisco Mariotti, 2010. In: www.pontodosconcursos.com.br

D₀ representa a curva da demanda inicial do gráfico. Caso ocorresse um aumento na renda dos consumidores, *coeteris paribus* (ou seja, todos outros fatores que influenciam a demanda sejam constantes), haveria um deslocamento da demanda para a direita D₁, sinalizando que o consumidor estaria disposto a adquirir mais de bens e serviços.

O que você percebeu?

Veja que os movimentos da quantidade demandada acontecem ao longo da mesma curva de demanda (D_0), pois houve mudanças no preço (somente nele) do bem. Mas, quando a curva de demanda se desloca (devido a variações da renda ou de outras variáveis, que não o preço do bem), temos um deslocamento da demanda (e não da quantidade demandada).

Então a quantidade demandada é diferente de demanda! Isso mesmo! Você irá aprofundar mais na disciplina MACROECONOMIA.

3.2 A OFERTA DA FIRMA

OFERTA

Considerações sobre a oferta:

- A decisão do que se vai produzir é tomada pelas empresas na expectativa de realizar lucros, isto é, em função dos preços do mercado e das quantidades que esperam vender.
- Os preços altos dos bens sinalizam que as quantidades ofertadas pelas firmas estão em nível inferior às quantidades que os consumidores estão dispostos a comprar. Isso leva as empresas a investir na produção, ou seja, a alocar recursos produtivos para produzir novos bens, ou para aumentar a produção existente.

3.2.1 A Lógica da Oferta da Firma

Iremos agora analisar como funciona a oferta no lado das firmas

Dada a tecnologia, as quantidades de um bem X que uma firma individual irá produzir e ofertar no mercado (q_x) dependerá do preço desse bem (P_x), do preço dos demais produtos e do preço dos n insumos necessários para sua produção ($P_{i1}, P_{i2}, \dots, P_{in}$).



Exemplo

A oferta de soja aumentará à medida de que seus preços subirem e se reduzirem os preços dos insumos e dos produtos concorrentes, como o milho: os agricultores plantarão menos milho e mais soja. inversamente, se o preço de todos os produtos concorrente subir mais do que o da soja, sua oferta irá reduzir-se.

Analogamente:

Com o barateamento de insumos, como terra, fertilizante e mão-de-obra provocarão aumento das quantidades ofertadas no mercado, porque eleva a margem de lucro do agricultor.

Do que foi posto, deriva-se a **lei da oferta**.

Enunciado da Lei da Oferta

Dados constantes os preços dos insumos e dos demais produtos, as quantidades ofertadas de um bem X variam diretamente com seu preço no mercado. Quanto maiores esses preços, tanto mais os produtores desejam produzir e vender de sorte que a curva de oferta é positivamente.

A curva de oferta se caracteriza por demonstrar as várias quantidades de bens e serviços que produtores estão dispostos a oferecer no mercado aos mais variados níveis de preços. De forma inversa à função demanda, a função oferta denota a correlação positiva (direta) entre quantidade ofertada e nível de preços adotado.

A oferta representa o total de bens e serviços oferecidos por determinada Firma. Esta mesma oferta depende de algumas variáveis, tais como o preço do bem a ser vendido, preço dos insumos (produtos utilizados na produção), a tecnologia empregada no processo produtivo, bem como o preço dos demais bens.

Veja agora uma demonstração gráfica do aumento da quantidade ofertada por uma empresa. Vale lembrar que com a hipótese *coeteris paribus* (demais fatores que influenciam são constantes), de que quanto maior o preço de um bem, mais interessante se torna produzi-lo e, portanto, a oferta será maior e vice-versa. Veja a lógica crescente da curva da oferta.

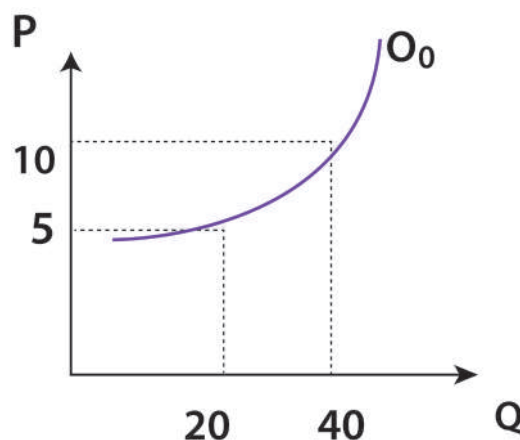


Figura: Quantidade ofertada por uma Empresa em função do Preço

Fonte: Notas da Aula 1 do Professor Francisco Mariotti, 2010. In: www.pontodosconcursos.com.br

Analizando a curva verificamos que a inclinação positiva da curva indica que, a preços altos, a firma estará disposta a vender maiores quantidades. Isso se explica não apenas para realizar maiores lucros, mas também porque preços maiores compensam os custos que se elevam com o aumento da produção. Trata-se de uma relação direta entre preços e quantidades ofertadas.

Devido à lei dos rendimentos decrescentes, um maior volume de produção, com alguns fatores fixos, acarreta expansão dos custos médios. Assim, o produtor somente elevará a produção de soja se o mercado concordar em pagar preços maiores. Nesse caso, as quantidades ofertadas passarão de 20 para 40, sobre a curva de oferta da firma típicas Q_0 .

Agora, é preciso distinguir as variações na oferta de bens e serviços. Tais variações são devidas a outros fatores que não a mudança de preços, e aqui há o deslocamento da curva. Um bom exemplo pode ser derivado, por exemplo, da descoberta de nova mina de exploratória de pedras preciosas em algum lugar no Brasil. Neste caso, haverá o deslocamento da curva de oferta para baixo e para direita, de acordo com o gráfico seguinte.

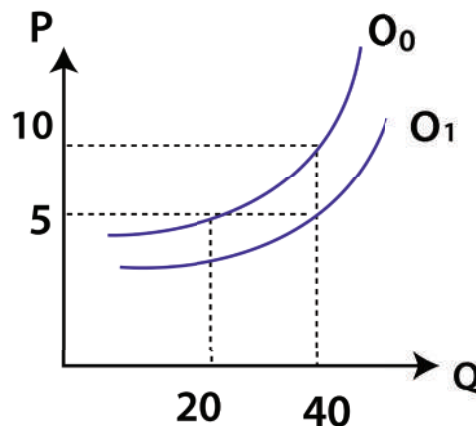


Figura: Aumento da Oferta de bens e serviços (devido a outros fatores que não seja o preço)

Fonte: Notas da Aula 1 do Professor Francisco Mariotti, 2010. In: www.pontodosconcursos.com.br

3.2.2 A oferta do mercado (conjunto de firmas)

A oferta do mercado obtém-se de modo similar à derivação da demanda do mercado. O comportamento da firma individual típica corresponde, em média, ao comportamento do conjunto de n firmas existentes no mercado.

Desse modo, imaginemos a existência de 2 curvas: a inclinação da curva da oferta SS' do mercado terá a mesma inclinação da curva de oferta ss' da firma individual: os mesmos preços determinarão as mesmas quantidades ofertadas pela firma típicas multiplicadas pelo número de firmas existentes no mercado.



Exemplo

Quando o preço do bem X for igual a 60, as quantidades ofertadas pela firma individual serão $q_x = 10$ e as quantidades ofertadas pelo mercado com 1000 firmas serão $Q_x = 1000$ unidades; com $P_x = 40$ e $Q_x = 7000$; com $P_x = 24$ e $Q_x = 4000$.

Em suma, o aumento do preço de P_1 para P_2 eleva as quantidades ofertadas de q_1 para q_2 , no caso da firma típica, e de Q_1 para Q_2 no conjunto do mercado. As quantidades ofertadas pelo mercado corresponderão, portanto, à soma horizontal das quantidades ofertadas pelas n firmas individuais.

A oferta é definida como “as diferentes quantidades de um bem ou serviço que os produtores estão disposto e aptos a vender, durante um certo tempo, a diferentes preços, *ceteris paribus*”.

3.2.3 Mudanças da oferta & Mudanças nas Quantidades ofertadas

Os preços dos diferentes insumos determinam uma estrutura de custo para a firma típica, como para o mercado. Isso é mostrado pela forma e inclinação das curvas de oferta ss' da firma típica e SS' do mercado.

Como no caso da demanda, mudanças das quantidades ofertadas não constituem sinônimo de mudanças da curva de oferta.

O primeiro tipo de mudança ocorre ao longo de uma mesma curva, enquanto no segundo a curva de oferta desloca-se, mudando de posição. Como vimos nos exemplos do item 3.2.2.

Isso se explica porque variações substanciais de custos induzem a firma a ofertar quantidades diferentes do produto, ao mesmo preço.

A curva desloca-se de $S1$ para a direita ($S2$), quando os custos caem e, para a esquerda ($S3$), quando eles aumentam. O gráfico abaixo imprime essa situação

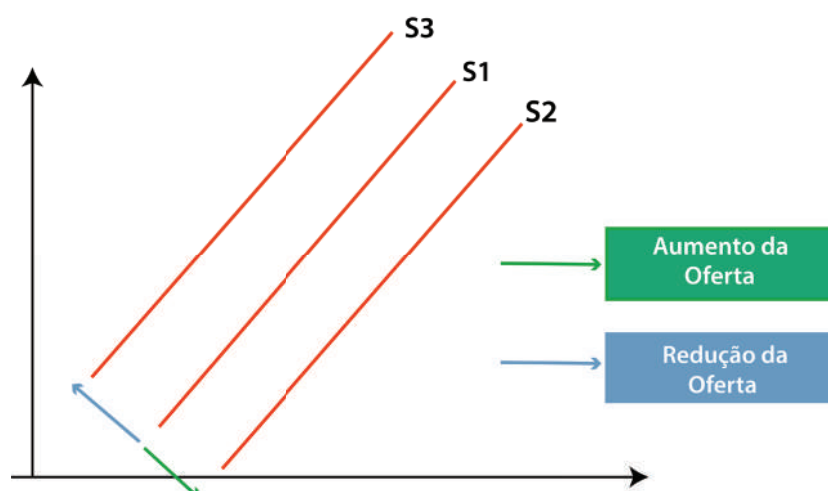


Figura: Deslocamento da Oferta (e não da quantidade demandada)

Fonte: Notas da Aula 1 do Professor Francisco Mariotti, 2010. In: www.pontodosconcursos.com.br

3.3 O FUNCIONAMENTO DO MERCADO

3.3.1 O equilíbrio do mercado

Até aqui foi visto que as quantidades demandadas no mercado variam *inversamente* com os preços (curva de demanda *negativamente* inclinada) e que as quantidades ofertadas variam diretamente com os preços (curva de oferta *positivamente* inclinada).

Agora, vai-se estudar como se dá a interação entre a oferta e a demanda no mercado.

E qual o preço de equilíbrio?

Há um ponto do preço em que a quantidade de uma mercadoria que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, durante um determinado tempo, é exatamente igual à quantidade que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer no mercado. Este é o Preço de Equilíbrio.

Vamos a analisar a Figura abaixo onde há a interação entre as curvas de demanda e da oferta?

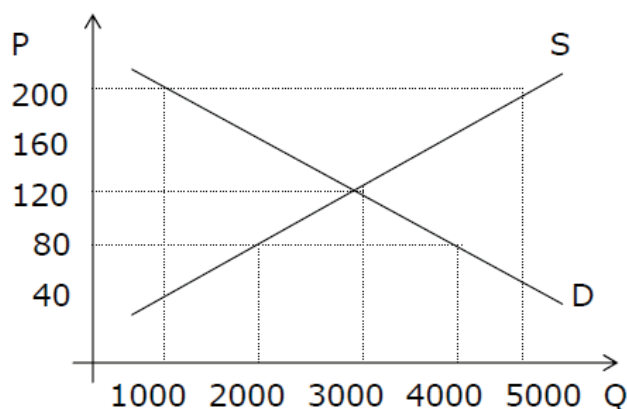


Figura: Preço de Equilíbrio de uma dada Situação

Fonte: Notas da Aula 0 – Economia I do Professor Mozart Foschete, 2005. In: www.pontodosconcursos.com.br

Consideraremos que o preço seja, inicialmente, fixado em R\$ 200,00 um par de calçados de couro. A esse preço, a demanda por tais calçados será de apenas 1.000 pares por bimestre, enquanto a oferta será de 5.000 pares. Assim, há um excesso de oferta e,

conseqüentemente, os preços começam a cair. Porém, vale observar que os preços não vão cair de forma brusca. Os preços vão declinando paulatinamente, enquanto houver produto sobrando. E, de outra parte, salienta-se que, à medida que P vai caindo, a oferta vai se reduzindo e a demanda vai se elevando.



Fonte: Ilustração por Marcone Pereira

Suponhamos agora que os preços sejam fixados em R\$ 80,00 o par. A esse preço, os consumidores comprarão até 4.000 pares, mas os produtores só ofertarão 2.000 pares. Existe assim um excesso de demanda em relação à oferta e, conseqüentemente, os preços começam a aumentar

Todavia, note que à medida que os preços vão crescendo, a demanda vai declinando e a oferta se expande. Os preços continuam subindo enquanto a demanda for maior que a oferta.

Visualizamos assim, ao final desse processo de ajustamento, que ao preço de R\$ 120,00 cada par de sapatos de couro, a sua quantidade demandada de será de 3.000 pares, igualando exatamente a quantidade ofertada. Mas, a esse preço a demanda e a oferta são iguais, e por isso não haverá pressão para que o preço caia ou se eleve. Pronto, chegamos ao preço de equilíbrio.

Agora, você já sabe!

Demanda < Oferta o preço se reduz
Demanda > Oferta o preço se eleva
Demanda = Oferta o preço não se altera

Então:

- Quando o preço está acima do ponto de equilíbrio (E), o aumento das quantidades ofertadas, gerando abundância do produto, faz os preços caírem até o nível de equilíbrio.
- Inversamente, se o preço estiver abaixo de E, por um motivo qualquer, o excesso de demanda faz o preço subir ao ponto de equilíbrio. O preço permanecerá nesse nível se nenhuma variável nova for introduzida, como um imposto, por exemplo.

E o que acontece com a introdução de um imposto?...

3.3.2 Introdução de imposto no equilíbrio de mercado

A implantação de um imposto modifica todo o equilíbrio do mercado.

O imposto pode ser apresentar de duas formas:

1. Sendo uma *quota fixa*, ou;
2. Sendo um percentual sobre as vendas (*ad valorem*).

Na primeira forma, a da **forma fixa** a curva de oferta S desloca-se paralelamente para a esquerda, para S'. O gráfico abaixo sinaliza:

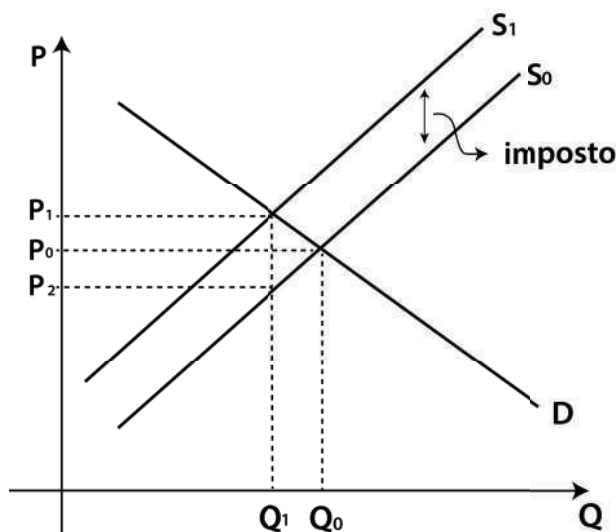


Figura: Deslocamento da Oferta com a introdução de Imposto de forma fixa

Fonte: Notas da Aula – Economia Total- do Professor Mozart Foschete, 2005. In: www.pontodosconcursos.com.br

No segundo caso, do imposto **ad valorem** (como é o caso do ICMS), a curva de oferta desloca-se da mesma forma para a esquerda, de S para S', mas não paralelamente.

Note-se que o imposto mediante quota fixa independe do preço da mercadoria.

Você percebeu a diferença? Então veja o exemplo:



Exemplo

No caso de um mercado da soja, por exemplo, a quota poderia ser igual a R\$ 1,00/t, não importando se o preço fosse R\$ 80/t ou R\$ 150/t. O novo ponto de equilíbrio P1 será igual ao preço original (P0), mais o imposto (i), ou seja, $P1 = P0 + i$. Observe o gráfico acima!

Agora verificaremos quais os efeitos que as mudanças dos preços nos produtos induzem nas quantidades de equilíbrio destes mesmos produtos.

3.3.3 Mudanças dos Preços sobre as Quantidades de Equilíbrio: Elasticidade-Preço

Com efeito, as mudanças dos preços sobre as quantidades de equilíbrio podem ser avaliadas pela elasticidade-preço. Na teoria econômica, o termo *elasticidade significa sensibilidade*. Então, a elasticidade mostra quão sensíveis são os consumidores de um produto X (ou seus produtores), quando o seu preço sofre uma variação para mais ou para menos.

Qual a importância do domínio do conceito da elasticidade?

O conceito de elasticidade é muito importante em economia, porque ele refere-se à sensibilidade de uma variável econômica em relação à outra. Essa sensibilidade indica que a mudança de uma variável como preço ou renda, afeta a magnitude de outra variável, como quantidades demandadas ou ofertadas. Entende-se que a elasticidade ajuda a medir a reação – grande ou pequena – dos consumidores (ou dos produtores) diante de uma variação do preço do produto X.

Estamos aqui nos referindo à **chamada elasticidade-preço da demanda (ou, no caso dos produtores, a elasticidade-preço da oferta)** por este produto. Dessa maneira, não se pode esquecer que o conceito da elasticidade também se aplica no caso da oferta, para medirmos a reação dos produtores às variações de preço.

Observando a figura abaixo podemos ver como a elasticidade opera:

A figura mostra os diferentes valores que a elasticidade-preço da demanda assume ao longo de uma mesma curva de demanda. Consideremos a demanda por desodorantes da marca “W” na curva de demanda da figura abaixo. Ao preço (P) de R\$ 10,00 a unidade a quantidade demandada (Q) de desodorantes é de 100 unidades, está no ponto A ; Já no ponto B, ao preço de R\$ 6,00, a Q é de 180 unidades.

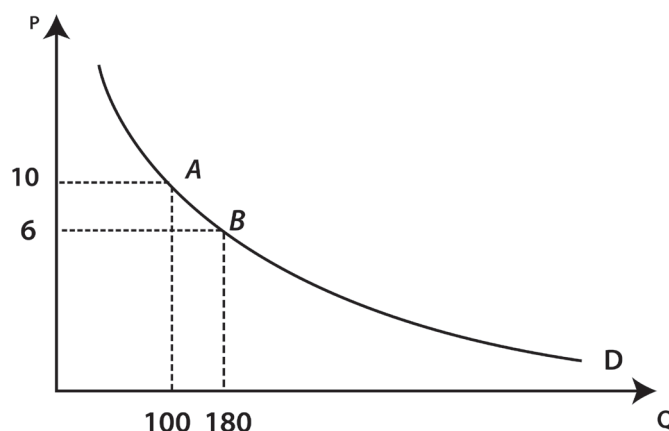


Figura: Elasticidade - Preço da Demanda (Epd)

Fonte: Notas da Aula – Economia Total- do Professor Mozart Foschete, 2005. In: www.pontodosconcursos.com.br

Em um segundo momento, o preço declina de R\$ 10,00 (preço inicial) para R\$ 6,00 (novo preço) e, com isso, a Qd (quantidade demandada) se eleve de 100 unidades (inicial) para 180 (nova quantidade).

Trazendo estes conceitos para a nossa realidade...

Produtos como a carne bovina de primeira, eletrodomésticos e viagens apresentam demanda elástica, ou seja, pequenas variações proporcionais de preços acarretam variações proporcionais maiores nas quantidades demandadas, enquanto alguns produtos como sal, medicamentos e alimentos de primeira necessidade apresentam demanda inelástica (não sofre variação).

Como já mencionamos esse raciocínio também se aplica ao conceito de Oferta, mas não abordaremos aqui, pois estamos apenas introduzindo o conceito de “elasticidade”, um dos mais usados na economia.

3.4 MERCADO DE BENS E FATORES

Como você está com seus conhecimentos de economia até aqui?

Até este momento, estudamos as noções básicas de como se dava o comportamento do consumidor e da firma, assim como o funcionamento do mercado do produto.

Também observamos que:

- A renda e os gostos dos consumidores, a tecnologia e os preços dos insumos e produtos afetam as quantidades demandadas e ofertadas no mercado.

Agora, com base nestes conhecimentos iniciais anteriores, vamos enfatizar que o número de firmas na indústria modifica os preços e o equilíbrio de mercado, ou seja, as interações entre oferta e demanda de determinado produto serão ditadas pela estrutura de mercado de cada bem em particular.

3.4.1 ESTRUTURAS DE MERCADO

Caracterização

As características do mercado para um produto específico variam de uma região para outra.

De que forma estas características das estruturas de mercado variam? Você sabe?

Economias pequenas:

Em economias pequenas e em desenvolvimento, em geral, poucas firmas bastam para atender à demanda de determinado bem.

Economias desenvolvidas:

Inversamente, em economias desenvolvidas e de grande tamanho, a probabilidade é maior de existirem muitas empresas ofertando o mesmo produto. Nesse caso, a maior concorrência entre os vendedores tende a reduzir o preço de equilíbrio. Essa concorrência poderá ainda ser maior se a economia for aberta às importações.

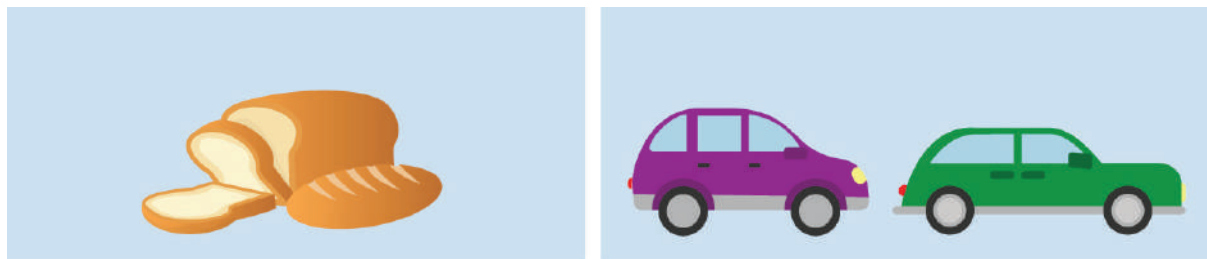
Economias “fechadas”:

Em economias mais “fechadas”, com pouca oferta de produtos estrangeiros e poucas empresas no mercado, os preços tendem a se estabelecer em patamares mais elevados do que no caso de economias mais abertas.

Independentemente da oferta de importações, o grau de concorrência no mercado de cada produto depende de suas características.

Concorrência

Podemos perceber que, por exemplo, enquanto o número de padarias ofertando pães em uma cidade é bastante elevado, em comparação ao número de montadoras de automóveis no conjunto do país.



Na exploração de petróleo no Brasil, temos a Petrobrás. Muito embora legalmente já seja possível outras empresas explorarem essa commodity em território nacional, tal empresa é muito grande em relação às suas concorrentes. É bom lembrar que o conceito real e completo de monopólio, diz que esta estrutura de mercado ocorre quando se há apenas uma empresa capaz de influenciar os preços de mercado, não somente quando há apenas uma empresa ofertante no mercado, conceito que é mais usado no mundo real.

Formas de Concorrência

As formas extremas de concorrência são a concorrência pura, ou perfeita, e o monopólio. A concorrência imperfeita corresponde a desvios da concorrência pura.

Caracterização de mercados – Do lado dos fornecedores

- No **monopólio**, existe apenas um vendedor, podendo haver muitos compradores (o monopólio será bilateral se houver apenas um vendedor e um comprador, sendo este denominado monopsonista).
- O produto é homogêneo, no sentido de que não existe diferenciação e o preço é único.

- Na **concorrência pura**, o número de compradores e vendedores é grande, sendo o produto também homogêneo.
- Formas intermediárias entre a concorrência pura e o monopólio são o oligopólio e a concorrência monopolística.
- No oligopólio puro, embora o produto seja homogêneo, com grande número de compradores, existem poucos vendedores, como na distribuição de combustíveis.
- No **oligopólio diferenciado**, haverá diferenciação de produto.
- É o caso das montadoras de veículos e da fabricação de eletrodomésticos, entre outros exemplos.
- Na **concorrência monopolística**, há grande número de compradores e vendedores, com diferenciação do produto, e esta é, portanto, uma das formas mais comuns de mercado.
- A diferenciação do produto pode ser feita superficialmente pela modificação do design, novas embalagens, forma da marca e outras formas geralmente impostas aos consumidores por uma publicidade atuante.

Caracterização de mercados – Do lado dos consumidores

Do lado dos compradores, o mercado estrutura-se em:

- **Monopsônio** (um comprador com grande número de vendedores);
- **Monopólio bilateral** (um comprador e um vendedor) e;
- **Oligopsônio** (pequeno número de compradores e grande número de vendedores).

Você terá a partir deste ponto informações de como se dá a formação de preços em algumas tipificações de mercado. Vamos ao próximo tópico?

3.4.2 Formação de Preços na Concorrência Perfeita

Em um mercado de concorrência perfeita, como são grandes o número de vendedores e de compradores e o produto homogêneo, serão pequenas as quantidades compradas e vendidas por um agente em particular.

O preço será dado pelo mercado e regulado pela interação entre a oferta e a demanda.

Quantidades produzidas e vendidas	Preço de mercado	Receita total	Custo fixo	Custo variável	Custo total	Lucro
1	4	4	5	4,4	9,4	-5,4
2	4	8	5	4,9	9,9	-1,9
3	4	12	5	5,6	10,6	1,4
4	4	16	5	6,5	11,5	4,5
5	4	20	5	7,6	12,6	7,4
6	4	24	5	9,2	14,2	9,8
7	4	28	5	11,2	16,2	11,8
8	4	32	5	14	19	13
9	4	36	5	18	23	13
10	4	40	5	24	29	11
11	4	44	5	33	38	6
12	4	48	5	44	49	-1

Fonte: construção própria

Dado, então o preço determina-se as quantidades demandadas pelos consumidores e as quantidades ofertadas pelos produtores. Dados os custos totais em função do preço e das quantidades vendidas, formam-se a receita total e o lucro das firmas, como pode ser visto na tabela acima.

Vamos estudar alguns exemplos da tabela acima?



Exemplo

Na tabela acima verificamos que, o preço de mercado é igual a quatro unidades monetárias, o que gera uma receita total a cada nível de produção e vendas. A estrutura de custos fica igualmente determinada.

Importante é que se observa que a firma apresenta prejuízo quando produz menos do que três e mais do que 11 unidades.

Também se observa que a maior diferença entre RT e CT ocorre quando a firma produz nove unidades de produto, ou seja, lucro é máximo no ponto em que uma linha paralela à reta da receita total tangencia a curva de custo total.

Na outra tabela abaixo vemos que os lucros médio e total são comparados com o custo marginal e a receita marginal, que, em concorrência pura, é igual ao preço de mercado, ou seja, toda receita adicional de uma unidade a mais vendida, constata-se que o custo marginal é idêntico ao preço, ou receita marginal.

Nesse ponto, o lucro é máximo, conforme condição de maximização de lucro da firma.

Quantidades produzidas e vendidas	Receita marginal (preço)	Custo marginal	Custo médio	Lucro médio	Lucro total
1	4	4,4	9,4	-5,4	-5,4
2	4	0,5	5,0	-1,0	-1,9
3	4	0,7	3,5	0,5	1,4
4	4	0,9	2,9	1,1	4,5
5	4	1,1	2,5	1,5	7,4
6	4	1,6	2,4	1,6	9,8
7	4	2	2,3	1,7	11,8
8	4	2,8	2,4	1,6	13,0
9	4	4	2,6	1,4	13,0
10	4	6	2,9	1,1	11,0
11	4	9	3,5	0,5	6,0
12	4	11	4,1	-0,1	-1,0

Tabela: Receita marginal, custo marginal e lucro da firma em concorrência pura



Resumo

Na concorrência perfeita, o preço é regulado pelo mercado, de sorte a eliminar qualquer lucro extraordinário.

Nenhum produtor ou consumidor, individualmente, poderá influenciar o preço de equilíbrio.

Somente alterações das condições de oferta e demanda, como variações das preferências dos consumidores e novas situações climáticas, que fazem variar as quantidades ofertadas de produtos agrícolas, alteram os preços de equilíbrio do mercado e os lucros os vendedores.

3.4.3 Formação de Preços na Concorrência Imperfeita

Enquanto na concorrência perfeita a firma individualmente não consegue influenciar o preço de mercado. Ela é uma tomadora de preço, ajustando as quantidades ofertadas em função do preço do produto e de sua estrutura de custo.

O mesmo não ocorre na concorrência imperfeita, uma vez que a firma consegue, de alguma forma, influenciar o preço de equilíbrio do mercado.

Dada a estrutura de custos, ela fixa o preço que deseja vender com determinado percentual acima de seus custos médios. Esse percentual denomina-se margem de lucro, ou *mark-up*. Ele será tanto mais elevado quanto maior for o poder de mercado da firma.

Formação de preços sob monopólio

Dada a tecnologia e os preços dos insumos, a firma monopolista determinará seus custos de produção.

Controlando o mercado, ela fixará os preços ou as quantidades que irá produzir e vender.

Embora seja a única firma no mercado, a firma monopolista não consegue fixar qualquer preço, pois os consumidores são soberanos na determinação das quantidades que irão consumir a cada nível de preço.

Assim, ela não consegue estabelecer simultaneamente os preços e as quantidades.

Importante é que dada a demanda que os consumidores desejam adquirir a cada nível de preços, ela escolhe, no entanto, aquela combinação que lhe proporcionar o maior nível de lucros.

Para o seu entendimento você deve observar e acompanhar as observações com os dados da tabela abaixo.

Na Tabela abaixo, estão arroladas as quantidades que os consumidores estão dispostos a adquirir a cada nível de preços.

O monopolista maximizador de lucro obtém uma receita total em cada situação de produção de vendas. Ele verifica que a RT cresce, atinge um ponto de máximo e depois declina.

Calculando a receita marginal (RT de um dado nível de produção, menos a RT do nível anterior), observa-se que ela é decrescente a cada nível de preços, anula-se e depois se torna negativo.

Quantidade demandada	Preço	Receita total	Receita marginal
1	22,0	22,0	-
2	20,0	40,0	18,0
3	18,3	55,0	15,0
4	16,8	67,0	12,0
5	15,1	75,5	8,5
6	13,5	81,2	5,7
7	12,0	84,0	2,8
8	10,5	84,0	0,0
9	9,0	80,8	-3,2
10	7,4	74,4	-6,4
11	5,9	64,8	-9,6
12	4,4	52,6	-12,2

Fonte: construção própria

Formação de preços sob oligopólio

No oligopólio, ao contrário da concorrência pura, as ações da firma individual influenciam o preço e as quantidades de equilíbrio do mercado.

Como funciona?

Campanhas publicitárias arrojadas e diferenciações do produto alteram as condições do mercado e influenciam as decisões dos concorrentes. Sem diferenciação aceitável pelos

consumidores, os preços tenderão a ser igual e nenhum produtor elevará seus preços, sob pena de reduzir sua participação no mercado.

Você seria capaz de dar exemplos deste caso?

Note que esse é o caso das indústrias produtoras de cimento e de materiais para construção civil, como: ferro, tijolos, areia e pedras, de grande homogeneidade.

Inversamente, a diferenciação é maior nas indústrias que produzem azulejos e pisos cerâmicos, eletrodomésticos, veículos, bebidas, etc. os consumidores aceitam pagar preços maiores para produtos de certas marcas mais famosas, ou de qualidade comprovadamente superior.

Verifica-se assim que o oligopolista que conseguir estabelecer diferenciações mais aceitáveis, correspondendo a preços mais altos, terá lucros maiores.

E como se organizam as firmas oligopolistas?

As firmas oligopolistas sabem que o estabelecimento de guerra de preços é altamente prejudicial para elas. Assim, procuram formar acordos comerciais, como fixação de preços únicos ou divisão do mercado. Essa organização central denomina-se cartel.

Um cartel é uma união de firma oligopolista com o fim de evitar competição e maximizar lucro no nível de cada firma.

No caso de existir uma firma dominante no mercado, ela determinará sua demanda a cada nível de preço, a partir do conhecimento das quantidades ofertadas pelas demais firmas ao mesmo preço.

Essa análise segue, portanto, a análise do monopólio (para a firma dominante) e a análise da concorrência perfeita para as demais firmas que compartilham o mercado (o preço sendo dado para as firmas seguidoras).

Formação de preços sob concorrência monopolística

Como já sabe, a concorrência pura constitui a forma extrema de concorrência, e o monopólio a ausência de concorrência. O oligopólio corresponde ao caso de poucas empresas que dominam o mercado. Elas podem formar cartéis e fixar preços únicos por meio de

acordos comerciais. Agências reguladoras sob o controle do governo procuram evitar a formação de cartéis e práticas nocivas a uma concorrência saudável entre as firmas, a fim de zelar em última instância pelos direitos do consumidor.

A concorrência monopolística

A partir dos anos 20, alguns economistas começaram a estudar formas intermediárias de concorrência, que passou a ser denominada de concorrência monopolística. Segundo o economista norte-americano, Edward Chamberlain, autor da obra *A teoria da concorrência monopolística pura*, de 1933, a concorrência monopolista decorre da diferenciação do produto. De acordo com ele, poucos são os monopolistas, porque são raros os bens que não possuem substitutos próximos. Por outro lado, existem poucos bens que são perfeitamente homogêneos.

Assim, quando os consumidores aceitam adquirir bens parecidos (substitutos próximos) com aqueles fornecidos pelo monopolista, o monopólio acaba. Esse é o caso de alguns produtos, como sabão em pó, cerveja e refrigerante, cujo mercado, no Brasil, até há pouco tempo, era dominado por uma ou duas marcas famosas.

Por outro lado, quando os produtos conseguem apresentar alguma diferenciação em relação aos demais, formam-se preços superiores àquele da concorrência pura.

A concorrência monopolística, portanto, é a forma mais comum de estrutura de mercado.



Exemplo

Um é o da indústria fumageira, onde há grande diferenciação pela marca dos fabricantes e teores de fumo. Cada firma tem o monopólio por sua marca, mas há intensa competição. Embora as diferentes marcas de cigarros sejam substitutas próximas uns das outras, há muita diferenciação.

Outros exemplos são os das indústrias de sabonetes, creme dental e produtos de higiene em geral.

Em países desenvolvidos, com grande número de fabricantes, a indústria automobilística constitui outro exemplo.

Em última instância, podemos dizer que a análise da firma em concorrência monopolística é similar à da firma monopolista: enquanto ela consegue diferenciar o produto, poderá fixar o próprio preço. Outras firmas, porém, surgem no mercado produzindo substitutos próximos e o lucro individual diminui. A firma deverá, então, reduzir custos e gerar novas diferenciações do produto via inovações tecnológicas, novos desenhos e intensas campanhas publicitárias.

Referências:

FOSCHETE, M. *Notas da Aula 0- Economia I*, 2005. Disponível in: www.pontodosconcursos.com.br

GASTALDI, J. Petrelli. *Elementos de economia política*. 19ª edição- São Paulo: Saraiva, 2005.

HUNT, E.K. e LAUTZENHEISER, Mark. 3ª edição. Tradução: VILLELA, A. Arruda. *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica*. Autores: Rio de Janeiro. Elsevier: 2013.

MARIOTTI, Francisco. *Notas da Aula 1*, 2010. Disponível in: www.pontodosconcursos.com.br

NETO, Delfim. *Um Novo Viés no Ano Novo: Economia*. A meta de déficit nominal zero em até cinco anos incentivaria à produção. In: Carta Capital. Edição Especial. Pág. 26-27. Dez. 2005.

VASCONCELLOS, J.P. e PINHO, D. B. *Manual de Economia dos Professores da USP*. Ed. Saraiva, 2ª edição.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. In: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_t.asp Acesso em Setembro/2016.

VASCONCELLOS, M. A. Sandoval. *Economia: micro e macro*. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002. Parte III.

VASCONCELLOS, M. A. Sandoval e GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

Anotações

This image shows a full page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, typical of notebook paper. There are no margins, text, or other markings on the page.

[illegible]



Universidade Federal da Bahia

Introdução às Teorias Econômicas

Dividido em 3 unidades, o módulo traz conteúdos introdutórios mas de capital importância para a sua inserção nos estudos da Economia. Dessa forma, esse material de Introdução às Teorias Econômicas pretende tratar inicialmente dos fundamentos básicos e as três principais escolas do pensamento econômico; em seguida, da macroeconomia e o estudo da evolução dos mercados e macroagregados; e por fim, do comportamento de consumidores, dos produtores e o mercado onde acontecem essas interações. Esperamos que esse estudo inicial faça-lhe refletir sobre os principais conceitos e experimentos que a Ciência Econômica nos traz e que estes instrumentos possam ser aplicados levando você a uma formação profissional mais sistêmica, sobretudo em relação aos impactos que a economia possa vir a trazer no ambiente organizacional.



PROGRAD
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO



Ciências Contábeis
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SEAD
Superintendência de
Educação e Desenvolvimento



NÚCLEO DE ESTUDOS DE
Linguagens & Tecnologias

Tipografia: Minion Pro (corpo de texto)

Myriad Pro (capitulares)

Papel Offset 90 g/m²

Impresso na gráfica CIAN

Novembro de 2016